



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

MIDIÃ DÂMARIS NASCIMENTO DOS SANTOS

PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO, EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E
PROTEÇÃO SOCIAL: OS (DES)CAMINHOS DA REGULAÇÃO SOCIAL DO
TRABALHO NO BRASIL

Recife
2025

MIDIÃ DÂMARIS NASCIMENTO DOS SANTOS

**PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO, EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E
PROTEÇÃO SOCIAL: OS (DES)CAMINHOS DA REGULAÇÃO SOCIAL DO
TRABALHO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Jurídicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Direito.

Área de Concentração: Direito do Trabalho; Direito Previdenciário.

Orientador: Prof. Dr. João Victor Marques da Silva

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Midiã Dâmaris Nascimento dos.

Plataformização do trabalho, exploração capitalista e proteção social: os (des)caminhos da regulação social do trabalho no Brasil / Midiã Dâmaris Nascimento dos Santos. - Recife, 2025.

75 p.

Orientador(a): João Victor Marques da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Jurídicas, Direito - Bacharelado, 2025.

1. Precarização do Trabalho . 2. Trabalhadores Plataformizados. 3. Proteção Social. 4. Exploração Capitalista. 5. Fetichismo Tecnológico. I. Silva, João Victor Marques da. (Orientação). II. Título.

340 CDD (22.ed.)

MIDIÃ DÂMARIS NASCIMENTO DOS SANTOS

**PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO, EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E
PROTEÇÃO SOCIAL: OS (DES)CAMINHOS DA REGULAÇÃO SOCIAL DO
TRABALHO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Direito da Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Jurídicas, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharela em Direito.

Aprovado em: 10/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Victor Marques da Silva (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Larissa Ximenes de Castilho Johnson (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Ms. Fydel Marcus Rolim Mota (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

*À minha família, que sempre trabalhou
incansavelmente para que eu tivesse um
lugar no mundo.*

*Aos trabalhadores, para que todos, um dia,
encontrem a liberdade que tanto almejam.*

AGRADECIMENTOS

Os desafios para chegar até os agradecimentos deste trabalho foram diversos, mas aqui estou. No entanto, não foi possível trilhar o caminho que escolhi, por desespero e amor, sem cada pessoa que passou na minha vida. Em alguns momentos, sinto que nasci tal qual uma folha em branco e fui sendo construída pelo amor de cada um que conheci.

Assim, em primeiro lugar, agradeço a cada divindade a quem já me amparei. Ao Sagrado que não abandonou a mim ou minha família.

À Isabel Vicente, minha mãe, trabalhadora autônoma, que me permitiu sonhar e nunca desistir. A quem me gestou e me segurou, e ainda me guarda, nos braços, com tanto amor que transpassa meu ser e alcança todos ao meu redor. Cada linha escrita desse estudo foi motivada por uma palavra sua de esperança em que dias melhores virão. Agradeço por me ensinar o que é o amor, o dia de amanhã e a força de uma mulher que trabalha e não mede esforços para cuidar e acolher a quem precisa.

À Juarez Mariano, meu pai, a quem me apoia e me garante palavras de suporte, bem como aquele que me abraça e me faz sentir o conforto de receber um carinho e amor que deixa tudo azul – minha cor favorita. Agradeço por me inspirar a ler e buscar nos livros o conhecimento que o mundo sozinho não poderia me dar.

À Efraim Emanuel, meu irmão, por me amar e me ensinar que esse sentimento pode ser infinito, superando qualquer situação. Agradeço por estar presente e ser a forma mais bonita das qualidades adquiridas de pai e mãe. Espero que encontre em mim o conforto e amor que precisa.

À Andrea Diniz, minha tia, a quem devo tanto. Agradeço por ser minha segunda mãe, por ter prometido que conseguiria um emprego e com o primeiro salário compraria minha primeira boneca nova, e por ter cumprido tal promessa e tantas outras que viriam a seguir. Assim, também agradeço por ter me acolhido e me amado como se filha fosse.

À Ana Amorim, minha tia, a quem sempre orou e clamou aos céus pelo meu nome e pela nossa família. Agradeço por sempre pensar em mim com tanto carinho e nunca deixar minha mãe sozinha. Deus te abençoe, tia.

À Julianne Paula, minha prima, a quem sempre me inspirou a ser melhor e a nunca desistir. Agradeço pelas conversas e por sempre me ajudar a ver o lado positivo da vida acadêmica, apesar do cansaço.

Aos demais familiares que me garantem o amor e o suporte do qual necessito.

À Daniela Correia, minha melhor amiga, por me permitir existir na minha pele, ser quem sou e nunca me julgar. Agradeço por estar ao meu lado nos mais de 15 anos da minha vida, por

ter passado o ensino fundamental e médio junto a mim fisicamente e, no superior, em forma de amor dentro do meu peito. Agradeço pelas suas palavras de carinho e conforto durante todos esses anos, bem como por me permitir fazer morada em teu coração e teu lar. Agradeço por você ser você, eu não mudaria nada. Obrigada por me acompanhar nessa longa jornada da vida e que esta continue sendo generosa conosco e nos proporcione muitos momentos bons e de transformação.

À Silvanice Correia, minha tia, mãe de Daniela Correia, por sempre me acolher e me tratar com todo amor possível. Agradeço por fazer parte da minha história e ser tão atenciosa comigo.

À Laura Bione, amiga querida, que adentrou minha vida como um furacão e me ensinou a apreciar as pequenas coisas da vida. Agradeço pelas nossas conversas sobre filmes, animes, músicas e todo o arcabouço cultural que temos. Agradeço pelos momentos de conforto, carinho e palavras que me fizeram sempre um pouco mais fortes.

À Perla Oliveira, mais uma amiga querida, a quem me proporcionou momentos de felicidades, me acompanhou na minha primeira viagem de avião e assistir ao show de grandes artistas internacionais (*Stray Kids*), a quem não poderia deixar de mencionar. Agradeço por estar presente.

Aos meus amigos que me acompanharam durante todos os anos de curso de graduação e a quem não posso deixar de mencionar: Andrio Campos, Camila Montenegro, Diego Felix, Douglas Nibbering, Felipe Fernandes, Jeniffer Leão, Maria Clara, Victor Nunes e Yarianne Gama. Agradeço pelos momentos de parceria, risadas, choros e acolhimentos. Agradeço a todos por me fazer compreender o que é um espaço seguro e a me deixar experimentar um pouco do amor de cada um para assim conseguir me encontrar como pessoa.

Além disso, obrigada por todos os incentivos e por nunca me permitir desistir, devo a vocês uma parte da minha graduação, pois, em momentos que achei não conseguir chegar aqui, vocês me fizeram acreditar que eu poderia conquistar até as estrelas. Assim como nunca me abandonaram na minha vida pessoal. As conversas no banco da faculdade ou no bar nunca serão esquecidas por mim. Vocês foram amigos que adentraram minha vida de forma espetacular, são agora minha família.

À Anna Cortez, grande amiga, a quem me ama e me acolhe, bem como me garante a liberdade de ser quem sou. Agradeço por não me deixar sozinha, e não me permitir sentir qualquer coisa negativa em meu desfavor. Os momentos de luta, choro e alegrias nunca serão esquecidos. Agradeço por seguirmos esse caminho juntas.

As grandes mulheres com quem trabalho lado a lado: Adrielly Nazário, Anna Cortez,

Bianca Gominho, Débora Barbosa, Larissa Raiany, Maria Klara, Natália Muniz e Ytawana Costa. Agradeço por me proporcionarem diversos momentos de aprendizados profissionais e pessoais, pelos risos, choros e pela parceria de todos os dias durante todos esses anos.

Ao escritório Emery Advocacia, aos meus chefes Dr. Rodrigo Emery e Dr. Natanael Emery, agradeço pelas inúmeras oportunidades concedidas.

As pessoas queridas que encontrei na DOPG do DENTRAN/PE: Isabelle Cardoso, Patrícia Muniz e Kilma Andreia, que me demonstraram, com atos e palavras, que a ação de ensinar é um ato de amor e de transformação. Agradeço por me mostrarem o que é ser uma profissional dedicada e por me compreenderem quando nem mesmo eu me entendia. Nunca esquecerei de vocês.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Victor Marques da Silva, por ter acreditado nesse trabalho e me orientado da melhor forma possível. Agradeço por ser presente e por me mostrar as grandes possibilidades à minha frente. A quem me espelho e admiro como profissional. Sendo assim, almejo um dia chegar a 1% do que o senhor demonstrou ser, como professor e pessoa, para que outros se inspirem em mim tanto quanto eu fui inspirada por você.

Por fim, mas não menos importante, aos meus queridos do *Bangtan Sonyeondan*: Jung Hoseok, Jeon Jungkook, Kim Namjoon, Kim Seokjin, Kim Taehyung, Min Yoongi e Park Jimin. Agradeço por terem me encontrado quando mais precisei, por terem me ensinado, através da música, que a vida continua, que a primavera sempre vem e que, mesmo quando o ar não estiver bom, a gente nunca deve parar de respirar. Seguir em frente sempre será uma escolha.

Amo a todos! Afirmo, assim, mais uma vez, e por fim, que sou formada pelos amores e crenças depositados em mim por cada pessoa que encontrei nessa vida. Obrigada!

RESUMO

Nas últimas décadas as relações de trabalho foram transformadas principalmente com o avanço das tecnologias e, assim, tal advento tornou-se argumento utilizado e defendido pelas empresas detentoras dos aplicativos de prestação de serviço através de plataformas digitais. O discurso propaga de forma positiva a ideia de modernização, flexibilidade, autonomia e empreendedorismo. Contudo, percebe-se que tal retórica e transformações apenas evidenciam a precarização do trabalho no capitalismo dependente brasileiro. A presente monografia tem como principal finalidade a busca do esclarecimento da relação entre plataformização do trabalho, exploração capitalista e proteção social, de modo a compreender os (des)caminhos da regulação social do trabalho no Brasil. O presente estudo tem natureza qualitativa e faz-se uso do materialismo histórico-dialético como método. Assim, faz-se necessário a contextualização a partir da evolução histórica das relações de trabalho e proteção social, bem como explorar os dados estatísticos, com intuito de conferir uma concretude às análises a serem realizadas no decorrer do presente trabalho, objetivando pontuar questões e observações obtidas por meio da pesquisa qualitativa. A pesquisa evidencia que o ideário criado pelas empresas plataformizadas, e no qual recebe validação do maior instituto de proteção dos preceitos constitucionais do país, o Supremo Tribunal Federal, trata-se apenas de um disfarce para a manutenção da exploração pelo capital pautado por um fetichismo tecnológico. A validação do labor precarizado verifica que há uma ausência da proteção juslaboral e o afastamento do trabalhador ao acesso à Seguridade Social e, assim, percebe-se a crescente corrosão dos fundamentos e o conceito do Estado Democrático de Direito. Percebe-se, também, que não se inovam as formas de trabalho, mas que, a renovação acontece nas novas formas de exploração do sistema capitalista e o combate às movimentações sociais em favor do proletariado. Conclui-se, portanto, que faz-se necessário o reconhecimento dos direitos trabalhistas para os proletariados plataformizados para que seja resguardado a dignidade da pessoa humana e outras garantias em seu favor.

Palavras-chave: Precarização do Trabalho; Trabalhadores Plataformizados; Proteção Social; Exploração Capitalista; Fetichismo Tecnológico.

ABSTRACT

In recent decades, labor relations have been transformed mainly by technological advances, and this advent has become an argument used and defended by companies that own service provision applications through digital platforms. The discourse positively propagates the idea of modernization, flexibility, autonomy, and entrepreneurship. However, it is clear that such rhetoric and transformations only highlight the precariousness of work in Brazilian dependent capitalism. The main purpose of this monograph is to seek to clarify the relationship between the platformization of work, capitalist exploitation, and social protection, in order to understand the (mis)steps of social regulation of work in Brazil. This study is qualitative in nature and uses historical-dialectical materialism as its method. Thus, it is necessary to contextualize the historical evolution of labor relations and social protection, as well as to explore statistical data, in order to give concreteness to the analyses to be carried out in the course of this work, with the aim of highlighting issues and observations obtained through qualitative research. The research shows that the ideology created by platform companies, which has been validated by the country's highest constitutional court, the Federal Supreme Court, is merely a disguise for the continued exploitation of capital. The validation of precarious labor confirms that there is a lack of labor protection and that workers are denied access to social security, thus revealing the growing erosion of the foundations and concept of the democratic rule of law. It is also clear that there is no innovation in the forms of work, but rather that renewal is taking place in new forms of exploitation by the capitalist system and in the fight against social movements in favor of the proletariat. It can therefore be concluded that it is necessary to recognize the labor rights of platform workers in order to safeguard human dignity and other guarantees in their favor.

Keywords: Precarization of Work; Platform Workers; Social Protection; Capitalist Exploitation; Technological Fetishism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Ação Declaratória de Constitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
CF	Constituição Federal
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEI	Microempreendedor Individual
MUT	Movimento de Unificação dos Trabalhadores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PUI	Pacto de Unidade Intersindical
STF	Supremo Tribunal Federal
TST	Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO, REGULAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL	15
2.1 A formação do Direito do Trabalho no Brasil.....	15
2.2 A proteção social no capitalismo dependente brasileiro	23
2.3 As transformações do mundo do trabalho e a exploração capitalista no Brasil	31
3. PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO E EXPLORAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL.....	36
3.1 Delimitando a plataformização do trabalho no Brasil.....	36
3.2 Disputas sobre a regulação social do trabalho plataformizado	45
3.3 O cenário real da plataformização do trabalho: analisando dados estatísticos	52
4. PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO, EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E PROTEÇÃO SOCIAL: OS (DES)CAMINHOS DA REGULAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL	57
4.1 Exploração da força de trabalho pelo capital sem proteção social?	57
4.2 Plataformização do trabalho e relação de emprego: fim do debate?	62
4.3 Tecnologia e exploração capitalista: o fetichismo jurídico do Supremo Tribunal Federal.....	65
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	72

1. INTRODUÇÃO

A última década foi marcada por transformações radicais no mundo do trabalho, impulsionadas pela chamada Quarta Revolução Industrial e pelo avanço das tecnologias digitais. Nesse contexto, a plataformização do trabalho emergiu como um fenômeno socioeconômico de impacto global, reconfigurando a relação clássica entre capital e trabalho. Contrariamente à noção simplista de um aplicativo individual, a plataformização abarca um sistema tecnológico amplo e abrangente, que organiza e gerencia diversas ocupações, estabelecendo novas formas de controle.

Assim, percebe-se a fragilidade da proteção social destinada aos trabalhadores hipossuficientes e vulneráveis em contrapartida com a força das plataformas desenvolvidas por grandes empresas. As repercussões dessas novas estruturas laborais afetam diretamente os direitos trabalhistas, nos quais foram construídos na base de muitos movimentos sindicais e luta do proletariado, sendo possível perceber a existência de contraposição dessa “nova” forma de trabalho com os direitos desdobrados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na própria Constituição Federal de 1988.

A nova era da Indústria 4.0 acarretou diversas violações, no qual se pode afirmar com clareza que se trata de mais uma forma de retrocesso dos direitos adquiridos pelos proletariados. Contudo, esta afirmação ainda se defronta com a ideia que as empresas donas do capital perpetuam: a ideia de liberdade, flexibilidade laboral e autonomia.

Diante da retórica de flexibilidade e “empreendedorismo”, milhares de trabalhadores, especialmente jovens e negros, se encontraram forçados a se inserirem em modelos de trabalho intermediados por algoritmos, no qual encontra-se no meio de questionamentos profundos sobre a natureza jurídica dessa relação. A crítica reside no fato de que essa aparente autonomia esconde uma nova modalidade de subordinação, a subordinação algorítmica, transferindo os riscos da atividade econômica integralmente para o indivíduo.

Diante da precarização e da divergência jurisprudencial que atinge o tema, a questão central debatida no atual estudo torna-se a seguinte: qual a relação entre plataformização do trabalho, exploração capitalista e proteção social, de modo a compreender os (des)caminhos da regulação social do trabalho no Brasil?

Portando, cabe destacar que a relevância do presente trabalho se encontra justamente na urgência em analisar o impacto da tecnologia sobre a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, fornecendo subsídios para a crítica à interpretação jurídica que tem negligenciado não apenas um, mas diversos princípios constitucionais. Assim, de mesmo modo, este trabalho justifica-se ao tentar esclarecer uma das maiores adversidades encontradas

atualmente em nosso ordenamento jurídico: a estruturação e corrosão da proteção social perante a precarização do trabalho mediante advento da plataformização perante o capitalismo dependente.

O objetivo geral, portanto, é analisar criticamente as relações entre plataformização do trabalho, exploração capitalista e proteção social, de modo a compreender os (des)caminhos da regulação social do trabalho no Brasil. Assim, discutindo a interpretação da subordinação jurídica no contexto da plataformização e seus impactos na garantia de direitos, confronta-se o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) com a dogmática do Direito do Trabalho e o constitucionalismo.

Em relação aos objetivos específicos, assim, cabe discutir a regulação social do trabalho no capitalismo dependente brasileiro, compreender a dinâmica da plataformização do trabalho e as disputas em torno da regulação social. Por fim, tem-se como foco analisar os impactos da plataformização na proteção social à classe trabalhadora brasileira, de modo a situar os (des)caminhos da regulação social do trabalho.

Para tanto, faz-se uso do materialismo histórico-dialético como método da presente pesquisa.

Karl Marx (2013, p. 128-129) pondera que, para a compreensão da realidade social a partir do seu constructo teórico-epistemológico, haveria de se distinguir um método de pesquisa de um método de exposição formal. No seu entender, no primeiro tem que se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno, enquanto que, no segundo, expõe-se adequadamente o movimento real, o movimento a partir das suas relações no interior da totalidade social. Nesse sentido, é necessário apropriar-se da crítica do fenômeno jurídico na sociedade capitalista, a partir do materialismo histórico-dialético, tornando cognoscível o Direito do Trabalho como experiência histórica no capitalismo dependente brasileiro e permitindo a leitura dos conflitos regulatórios envolvidos na compra e venda da força de trabalho no país.

Diante disso, procura-se compreender a realidade a partir de suas determinações concretas, construídas historicamente. Compreender a realidade de forma dialética é analisar a realidade a partir de sua contradição e movimento. Por isso, inicia-se da análise que vivemos em uma sociedade capitalista e que está dividida entre duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado. Essas classes estão em constante luta, que pode ser ora aberta ora latente, levando a sociedade a um movimento constante.

A pesquisa é de natureza qualitativa. De acordo com Maria Betânia de Melo Ávila (2009), a pesquisa qualitativa permite uma prospecção no cotidiano para o conhecimento de

práticas sociais a partir das quais se pode estabelecer a relação entre as macroestruturas e os microprocessos que reproduzem as relações sociais. Frise-se que dados quantitativos, levantados a partir de dados secundários, serão utilizados para conferir uma concretude às análises a serem feitas no decorrer da presente pesquisa, com o intuito de pontuar questões e observações obtidas por meio da pesquisa qualitativa.

Outrossim, no presente estudo, argumenta-se a configuração de vínculo empregatício entre os trabalhadores e as empresas donas das plataformas digitais, visto que o algoritmo cumpre as funções de comando, fiscalização e punição, sendo apenas uma nova roupagem do poder diretivo, mas que, por trás da máquina, há alguém que assume o papel do capital na exploração do trabalhador.

Na hipótese de uma jurisprudência consolidada em contrário, através da decisão referente ao Tema 1.291, negando a existência dessa relação trabalhista, salienta-se então que além de violar a tutela do Direito do Trabalho, também fomenta ainda mais o fetichismo tecnológico adotado pelo judiciário. Ao se deixar seduzir pela aparência da inovação, o Judiciário valida um retrocesso social, utilizando a modernização tecnológica como justificativa para o desmantelamento de garantias e a exclusão desses trabalhadores do sistema de Seguridade Social.

Para atingir os objetivos citados anteriormente, o presente trabalho está dividido em três capítulos de desenvolvimento. No primeiro será analisado o capitalismo dependente brasileiro, examinando a formação histórica do Direito do Trabalho no país e a proteção social sob essa ótica. O capítulo posterior adentra diretamente o tema da plataformização do trabalho, delimitando o fenômeno, discutindo as disputas regulatórias e analisando dados estatísticos para comprovar a realidade da exploração capitalista.

Por fim, o capítulo terceiro aborda os (des)caminhos da regulação social, discutindo a exploração da força de trabalho sem proteção, debruçando sobre o debate sobre o vínculo empregatício e, de forma conclusiva, desbrava a crítica ao fetichismo jurídico encontrado nas decisões do Supremo Tribunal Federal.

2. CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO, REGULAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL

Para adentrar no debate da plataformização do trabalho, deve-se primeiramente discorrer sobre as engrenagens histórica e política das quais resultou o Direito do Trabalho no Brasil, notadamente sobre o desenvolvimento das relações de trabalho e a correspondente construção da proteção social no país.

2.1 A formação do Direito do Trabalho no Brasil

A história do Brasil é marcada pela exploração, escravização e dominação dos meios trabalhos pela camada social com maior poder aquisitivo desde sua invasão. A trajetória histórica, política e econômica do país traz em sua memória muitos anos de exclusão, abuso, desigualdade, mas acima de tudo, e, apesar disso, muitas lutas para conquistas de direitos básicos e mínimos.

A partir do século XVI, devido a ação dos portugueses em solo brasileiro, a escravização foi um dos principais sustentadores da economia colonial. Os escravizados, trazidos a força, eram afastados do conceito de humano, sendo tratados como propriedade, não tinham direitos, autonomia e nem mesmo dignidade, sofrendo com abusos, violências e punições físicas constantes. Tal período é importante ser retratado, pois deixou marcas profundas no país em todos os aspectos: sociais, históricos, econômicos e jurídicos.

A legislação no período escravocrata era uma das grandes engrenagens para que a exploração tivesse continuidade, reforçando a manutenção das violências e da ausência de direitos básicos de existência e dignidade.

Os trabalhadores escravizados e livres conviviam lado a lado, devido a existência da figura do escravizado de ganho – aquele que era alugado pelos seus senhores para realizarem seus serviços para outrem – e que tinha uma limitada autonomia para andar nos centros urbanos. Estes, porém, ainda se viam vigiados pela polícia para que não houvessem revoltas urbanas, como a “Revolta dos Malês” (MATTOS, 2008, p. 18). Contudo, tais atos de monitoração não foram suficientes para impedir a luta por parte dos escravizados e, portanto, ocorreram diversos atos a favor do abolicionismo, articuladas por trabalhadores assalariados que conviviam no centro urbano com os escravizados. Nesse sentido,

Em São Paulo, a rede de apoio aos caifazes (os abolicionistas tidos como radicais porque apoiavam a fuga em massa dos trabalhadores escravizados) incluía os ferroviários, cocheiros, charuteiros e tipógrafos. Rede de solidariedade que chegava a envolver organizações de operários imigrantes, como o Círculo Operário Italiano, que promoveu espetáculos em 1881 com o

objetivo de angariar fundos para comprar a liberdade de trabalhadores escravizados.

[..]

Jornais abolicionistas registram o mesmo tipo de envolvimento operário com a causa da abolição no Ceará, província que impulsionou a retomada do movimento abolicionista, ainda em 1881 (MATTOS, 2009, p. 19).

Outrossim, a relação entre os escravizados e os assalariados se manteve de forma prolongada, pois compartilhavam de alguns sofrimentos em relação ao labor e a exploração. Diante disso, uniram-se mais a frente para instalação de greves, conforme destaca Marcelo Badaró Mattos (2009, p. 25), “os ex-escravos e seus descendentes que exerciam o trabalho portuário na segunda metade do século 19 não apenas continuaram no setor, mas também se organizaram sindicalmente, sobre a base de formas de solidariedade existentes há muito tempo”.

Para além disso, cabe salientar que tal união deu-se da seguinte forma:

Na vigência da escravidão, o conjunto de variados trabalhos típicos do porto, como o de carregadores, estivadores, arrumadores, era predominantemente ocupado por trabalhadores escravizados. Constituíam características comuns a esse conjunto o “trabalho avulso” – ou seja, recebe-se por dia de trabalho e não há garantia de ser contratado todos os dias – e o fato de que a maioria das tarefas era executada por turmas de vários trabalhadores, normalmente coordenadas por um capataz, encarregado, ou “capitão”. Diante da dureza do trabalho, da insegurança em relação à contratação diária e do exercício coletivo das tarefas, criou-se no setor uma forte solidariedade entre os trabalhadores escravizados que desempenhavam tais tarefas, sendo comuns os relatos de que, em grupos, eles economizavam recursos para comprar, um a um, a liberdade de seus parceiros de trabalho. (MATTOS, 2008, p. 25).

A abolição formal apenas ocorreu com a Lei Áurea, em 1888, que não tem um aspecto salvador como muitos acreditam ser. A abolição se tratou de uma estratégica política, mas que, apesar de abolicionista, não garantiu a cobertura das necessidades das pessoas escravizadas, nem mesmo garantiu a construção de direitos e proteções. O resultado foi uma grande massa desamparada, sem terra, trabalho, reparação, ou seja, sem condições mínimas de uma vida digna. Portanto, destacou-se a desigualdade latente e a marginalização dos corpos negros.

Não se trabalhava para ganhar a vida, mas literalmente para não morrer ou ser morto. Por isso, o estímulo ao trabalho só podia ser a repressão. A liberdade, mesmo sem riqueza, envolvia basicamente a possibilidade de não trabalhar (Cardoso, 1977; Franco 1976). Os homens de qualidade - os brancos proprietários - distinguiam-se justamente pelo fato de não trabalhar: tinham entre seus bens quem o fizesse por eles. Eram em geral estes homens que possuíam o direito político de cidadania, isto é, eram os cidadãos ativos. Os homens livres e pobres, se eram reconhecidos pela sociedade, estavam em grande parte excluídos da política: eram os cidadãos inativos. Aqueles que trabalhavam, grosso modo os escravos, não eram cidadãos de qualquer

espécie. Privado da liberdade, da própria condição humana de racionalidade, o trabalhador escravo era o não cidadão no sentido pleno: a ele não era reconhecido nenhum tipo de direito, uma vez que não lhe era atribuída nenhuma identidade social. (GOMES, 2005, p. 45).

Diante desse marco histórico, os movimentos sociais e intelectuais da época estavam desenvolvendo-se para reagir a tais condições. Porém, ainda é necessário retornar em um período de tempo anterior. A historiadora Angela de Castro Gomes relata que já em 1890 surge um jornal, chamado de “A voz do Povo”, que pode ser considerado como um dos primeiros a ser instrumento de organização operária, sendo então um dos momentos que percebeu-se a organização do povo e a identificação deste como sendo a classe trabalhadora (GOMES, 2005, p. 38).

O jornal foi importante para época e para o debate atual, pois estimulava a população e trazia conceitos importantes como o esclarecimento sobre a forma e os pontos fundamentais para a criação de um partido operário no Brasil.

Por conseguinte, criaram-se tentativas desesperadas de afastar a idéia de trabalho como um ato de escravidão, um ato de punição, exaustão e violências. No lugar disso, ocorreu uma busca em compreender o trabalhador proletrado como uma força na sociedade que garantia prosperidade, riqueza e progresso. Nesse interím, buscava-se entender a República como um resultado dessas mesmas ideias, vestindo tal regime como ideal de ordem e progresso.

Foi o operário quem “fez a prosperidade” do país, e “sem ele não há povo que possa atingir a altos destinos”, ou que possa “marchar na vanguarda da civilização para a completa supremacia dos povos superiores”. Fator de industrialização e prosperidade, o operário era tudo nas nações civilizadas, mas não era nada nas nações atrasadas.

[..]

Além da relação desta proposta com a temática do progresso, visto como desenvolvimento industrial, é preciso ressaltar suas diferenças frente a outros discursos do período que também tratavam da questão do trabalho. Nesses outros discursos, o trabalho era muitas vezes valorizado por ser um elemento capaz de tirar os homens da miséria e da degradação, na medida em que os ocupava, em que os afastava dos vícios. O trabalho era uma atividade positiva na justa medida em que exercia uma função de regeneração social. Ele se destinava aos que deviam ser recuperados, aos inferiores: desocupados, órfãos, asilados, enfim, às classes pobres (GOMES, 2005, p. 40-41)

Ao encaminhar do jornal entendia-se que este se mostrava como um defensor dos proletariados, existindo na tentativa de dar voz aos que estavam invisibilizados, estimulando a todos que se inscrevessem no Partido Operário, defendendo a participação política dos trabalhadores (GOMES, 2005, p. 40). Apesar disso, a República ainda era formada pelo conservadorismo. Portanto, mesmo com a crescente ideia de nova roupagem para o que seria o

trabalho e o proletariado, os republicanos e, até mesmo os abolicionistas da época, desenvolviam o debate em torno do trabalhador branco, envolvendo também os imigrantes, mas não incluindo os negros escravizados (GOMES, 2005, p. 45)

Diante disso, conforme relata Angela de Castro Gomes (2005, p. 47) não se existia ainda um partido formado de fato, mas uma pequena organização. Outro jornal, chamado “Echo Popular”, fundado por um proletário negro, também constituiu ideais em favor do trabalhador. Inclusive, tal jornal acreditava em uma futura República social e democrática, inspirando-se na Revolução Francesa.

No início do século XX cresceu o movimento das organizações de associações de trabalhadores e, no Brasil, os juristas abordaram a necessidade de sanar a ausência de um sistema que regulasse as relações de trabalho. Com o início da República, e depois de alguns conflitos, a organização dos trabalhadores passou a receber mais repressões pelas autoridades públicas. Contudo, através de associações, atos de greve, debates parlamentares e movimentos culturais, a causa proletária passou a ter mais visibilidade na sociedade brasileira. Sendo assim,

No capitalismo, tal oposição objetiva entre os interesses dos proprietários e os dos despossuídos ganha novos contornos, pois os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário adquirem, na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores, e, no bojo desse conflito (a luta de classes), constroem sua consciência de classe. Os valores, discursos e referências culturais que articulam tal consciência, entretanto, não surgem do nada. Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classes anteriores. Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classes – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas. (MATTOS, 2008, p. 16-17).

Outrossim, nessa fase republicana, conhecida também como República Velha (1889-1930), há um grande impulso na constituição do movimento operário e da identificação de uma classe trabalhadora.

As indústrias ainda estavam começando a ganhar força, mas outras atividades estavam sendo tão exploradas quanto. É conhecido que nas fábricas não havia condições de trabalho de qualidade. A violência, longas jornadas de trabalho, acidentes, exploração infantil e abusos ainda seguiam sendo perpetuados e ganhando mais força. Para além disso, havia uma baixa remuneração, os salários não eram suficientes para o sustento familiar e, muito menos, para manter o custo de vida alto da época.

Ressalta-se que o poder de compra dos trabalhadores apenas diminuía.

O historiador Marcelo Badaró (2009, p. 43) ilustra que “trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal. As descrições dos locais de moradia dos trabalhadores no início do século conduzem-nos a realidades miseráveis, insalubres e superpovoadas.”. Por conseguinte, os trabalhadores continuaram a se encontrar e formar associações e, diante disso, os sindicatos ganhavam destaque. Nesse ponto, os trabalhadores se agrupavam para auxílio mútuo entre as partes participantes.

A força dessa tradição das associações de auxílio mútuo pode ser explicada também pelas condições de vida e de trabalho dos primeiros operários. Na ausência de legislação social, momentos de afastamento do trabalho por acidente, viuvez, funerais etc. eram dramáticos para as famílias de trabalhadores, e a participação numa dessas associações poderia ser a única possibilidade de amenizar tais sofrimentos (MATTOS, 2008, p. 47).

Diversas correntes políticas tentaram ser protagonistas na direção das primeiras organizações proletárias. Os socialistas tiveram grande participação no desenvolver de uma consciência de classe, os anarquistas também, mas de uma forma mais radical – recebendo influência direta de um ideal revolucionário francês – . Contudo, no início de 1920, sofreu grande represália do aparelho estatal. Além disso, em 1922, os comunistas ganharam força na posição de frente da atividade de organização operária e sindicatos. A mobilização operária dava continuidade com os movimentos de suas engrenagens.

A ascensão de Getúlio Vargas em 1930 deu início ao processo de reconfiguração das relações entre a classe proletariada e o Estado. A era Vargas destacou-se pela centralização de poder político, tentativas de desenvolvimento industrial e na construção de uma nova forma de controle social sobre os trabalhadores, através de um discurso relacionado a “colaboração entre classes” (MATTOS, 2008, p. 64). O Estado transforma-se em um inventor da legislação social, compreendendo-se como um mediador dos conflitos trabalhistas.

Nesse contexto, surgiram alguns principais marcos institucionais do Direito do Trabalho brasileiro: a legislação previdenciária, as normas sobre jornada e condições de trabalho, a Justiça do Trabalho e, sobretudo, a legislação sindical - sendo responsável por instaurar um modelo de sindicato único -, mas que no fim tinha função de controlar e subordinar o movimento operário.

Os trabalhadores, anarquistas, comunistas e trostkistas, denunciaram o caráter autoritário e fascistizante da legislação sindical. Ainda assim, o Estado conseguiu impor sua estrutura, principalmente após a repressão de 1935, quando a perseguição política e o controle ministerial desarticularam as organizações autônomas. O período do Estado Novo (1937-1945) representou

a consolidação desse projeto, com a institucionalização da Lei Orgânica da Sindicalização Profissional (1939) e a consolidação do sindicalismo oficial (MATTOS, 2008, p. 70).

Não houve um pacto voluntário entre Estado e trabalhadores, mas uma integração forçada e mantida pela repressão e pela propaganda estatal.

O discurso de Vargas e do Ministério do Trabalho, no qual apresentava a legislação social como um “presente” do Estado benevolente, buscava apagar da memória coletiva a tradição de luta e resistência da classe trabalhadora desde a República Velha. Essa retórica consolidou-se no imaginário popular como uma narrativa de gratidão e harmonia, ao mesmo tempo em que a estrutura sindical permanecia rigidamente controlada e as condições de trabalho seguiam marcadas pela exploração e pelo arrocho salarial - a perda de poder de compra dos trabalhadores.

Todavia, mesmo diante da repressão, a resistência operária não foi completamente extinta. As greves do início da década de 1940 e a retomada das mobilizações após a redemocratização de 1945 revelam a persistência da luta por autonomia e direitos, desafiando a hegemonia estatal e desmistificando a ideia de um trabalhismo “generoso”. Assim, o período Vargas deve ser entendido não como uma ruptura absoluta com a República Velha, mas como a continuidade de um projeto de dominação de classe, reconfigurado sob novas formas políticas e institucionais.

Após a queda do Estado Novo, o Brasil viveu um período de redemocratização (1945–1964) marcado pela tentativa de rearticulação do movimento sindical e pela permanência das bases autoritárias herdadas do varguismo. Posto isto, como observa Marcelo Badaró Mattos, a estrutura sindical criada na década de 1930 manteve-se praticamente intacta, impondo severos limites à autonomia dos trabalhadores mesmo em um contexto de formal abertura democrática. Apesar da efervescência política e da multiplicação de greves e associações, o sindicalismo brasileiro continuava atrelado ao Estado, controlado pelo Ministério do Trabalho e dependente do imposto sindical.

Nos primeiros anos após 1945, o país presenciou uma intensa mobilização operária, simbolizada pela criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT) e pela convocação do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, de 1946, que reivindicava a liberdade sindical e o direito de greve.

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), as contradições do modelo trabalhista se aprofundaram. O discurso de Vargas buscava reafirmar sua imagem de “pai dos pobres”, mas o controle sobre os sindicatos e o arrocho salarial mantinham a dependência e a subordinação política da classe trabalhadora. Greves emblemáticas, como a dos “300 mil” em

São Paulo (1953), demonstraram o esgotamento do pacto trabalhista e a crescente insatisfação dos operários frente ao custo de vida e à repressão policial (MATTOS, 2008, p. 88). Mesmo assim, o suicídio de Vargas reforçou sua mitificação política e revitalizou o trabalhismo como ideologia de conciliação de classes.

Nos governos seguintes, com enfoque em Juscelino Kubitschek e João Goulart, o sindicalismo passou por um processo de reorganização e renovação. O crescimento urbano-industrial intensificou a mobilização operária, e novos organismos intersindicais, como o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), buscaram articular as lutas além dos limites da estrutura oficial.

Contudo, até os setores mais combativos mantinham ambiguidades: criticavam a tutela estatal e as restrições ao direito de greve, mas aceitavam a unicidade sindical e o imposto sindical compulsório, pilares do controle estatal sobre a classe trabalhadora.

Às vésperas do golpe de 1964, os sindicatos tornaram-se atores centrais na cena política, vinculando-se às propostas das “reformas de base” de João Goulart. No entanto, essa aproximação com o Estado evidenciou os limites do modelo corporativista: a dependência política e institucional impediu uma resistência eficaz ao golpe militar. A repressão de 1964, com intervenções, cassações e prisões, ruiu em poucos meses o acúmulo de duas décadas de organização popular. Assim, o período democrático de 1945 a 1964 representou, mais do que uma ruptura, a continuidade reformulada da tutela estatal sobre o trabalho, mantendo o controle político das classes trabalhadoras sob novas roupagens institucionais.

A facilidade com que a ditadura utilizou-se dos recursos da legislação sindical para reprimir os movimentos esclarece um outro limite: o imposto por uma estrutura oficial que se procurou adequar aos interesses dos trabalhadores, mas contra a qual lutou-se pouco. Porém, nada disso deve impedir a avaliação da importância e representatividade das lutas travadas pelos trabalhadores no início dos anos de 1960. Uma importância percebida pelos que articularam o golpe e instalaram a ditadura justamente para encerrá-las. (MATTOS, 2008, p. 100).

Com o golpe militar de 1964, o Brasil ingressou em um período de intensa repressão política e social, no qual o movimento sindical foi submetido a um rígido controle estatal. O regime utilizou os mecanismos previstos na Consolidação das Leis de Trabalho, como a possibilidade de intervenção direta nas entidades sindicais, para destituir lideranças e dissolver organizações autônomas.

Essa política não foi apenas de natureza política, mas também econômica, pois serviu ao projeto de modernização conservadora e dependente, baseado na concentração de renda, na abertura ao capital estrangeiro e na superexploração da força de trabalho. Estado autoritário,

portanto, foi o principal instrumento para garantir a estabilidade de um modelo de desenvolvimento subordinado aos interesses do capital internacional.

Durante a década de 1970, o chamado “milagre econômico” representou o ápice dessa contradição. Embora o país tenha apresentado altas taxas de crescimento, os salários reais diminuíram, a desigualdade social aumentou e os sindicatos foram transformados em instrumentos burocráticos, voltados apenas a serviços assistenciais e de conciliação. Essa estrutura corporativa servia para mascarar a exploração intensificada do trabalho, mantendo o controle social sobre a classe operária.

Contudo, mesmo em meio à censura e à repressão, a resistência operária não foi extinta, manifestando-se em greves isoladas e mobilizações clandestinas que prenunciaram a reorganização política dos trabalhadores.

A partir das greves do ABC paulista, em 1978, lideradas por Luiz Inácio Lula da Silva, emergiu o chamado “novo sindicalismo”, que rompeu com a lógica tutelada do Estado varguista e reivindicou autonomia sindical, democracia interna e representatividade de base. Essa nova geração sindical pautava suas reivindicações em torno da liberdade, da igualdade material e da construção de uma sociedade mais justa, associando a luta trabalhista à redemocratização do país. As mobilizações culminaram na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e na participação expressiva dos trabalhadores em movimentos políticos, como as Diretas Já e o processo Constituinte de 1988.

Não obstante, a Constituição Federal de 1988, embora tenha ampliado direitos e garantido a liberdade sindical formal, manteve elementos estruturais do corporativismo varguista, como a unicidade sindical e o imposto compulsório. Assim, a transição democrática conviveu com velhas formas de controle social.

Com a chegada dos anos 1990 e o avanço das políticas neoliberais, esse cenário foi ainda mais agravado. O Estado passou a reduzir sua intervenção direta na economia, entregando ao mercado a tarefa de regular as relações produtivas e trabalhistas, o que intensificou a precarização do trabalho e a informalidade.

É nesse contexto que se consolida o que Marcelo Badaró Mattos (2008, p. 117) denomina de “ditadura do mercado”, expressão que designa a nova forma de dominação exercida não mais por meio da coerção estatal direta, mas pela subordinação da sociedade à lógica financeira e à racionalidade econômica do capital. Trata-se de um regime de poder difuso e silencioso, em que as decisões políticas, sociais e trabalhistas passam a obedecer às exigências do mercado global, e não às necessidades humanas ou sociais.

Nessa “ditadura”, o Estado deixa de ser o agente controlador e passa a atuar como mediador e garantidor dos interesses econômicos, deslocando o centro da dominação do campo político para o econômico.

Por conseguinte, o período que se estende do golpe de 1964 à década de 1990 não deve ser visto como uma sucessão de rupturas, mas como um processo contínuo de reconfiguração da exploração capitalista, no qual as formas de controle sobre a classe trabalhadora, antes exercidas pelo Estado, foram gradativamente transferidas ao mercado. Conforme Ricardo Antunes (2014, p. 50), essa transição consolidou uma nova morfologia do trabalho no Brasil: marcada pela flexibilização, pela informalidade e pela individualização das relações laborais, elementos que preparam o terreno para a atual plataformização do trabalho e para a crise contemporânea da proteção social.

2.2 A proteção social no capitalismo dependente brasileiro

No século XIX, tinha-se um período de grande instabilidade e insegurança social em que se expandia conforme os avanços das relações de trabalho. Antes da industrialização e urbanização, as sociedades se organizavam para uma proteção social que dependia da solidariedade e o sentimento de comunidade. Contudo, o crescimento das relações trabalhistas e as necessidades não supridas neste tipo de relação, tornou-se necessário a criação de uma insituição de proteção social pública.

Os sistemas de proteção social se estruturam a partir de pactos históricos, expressando formas de consenso político que podem observar três questionamento principais: quem será protegido, como será protegido e quanto de proteção será concedido. Conforme aprofunda Aldaíza Sposati (2013, p. 653), “o trato da proteção social em sua forma de previdência social é, no caso brasileiro, um mosaico de respostas desiguais a partir do vínculo formal do trabalhador, e não só de sua remuneração.”.

Em meados do século XX instalou-se no território nacional a política do seguro social contributivo, envolvendo três grandes partes na relação: o Estado, o empregador e o empregado. A legislação ainda não abarcava todos os trabalhadores, sendo este o caso dos empregados domésticos, rurais ou outros trabalhadores que não estavam dentro da formalidade.

Além disso, verifica-se que cada país adota um modelo diferente de bem-estar social, conforme a classificação de Esping-Andersen, este que aborda a divisão de estados de bem-estar social, no qual se tem o modelo liberal, conservador-corporativo e social-democrata. Contudo, todos enfrentam a mesma problemática: a universalização da cobertura social em meio às crises fiscais que acometem o aparelho estatal e à consolidação democrática.

Luciana Jaccoud (2009, p. 58) ressalta que a proteção social pode ser conceituada como um conjunto de ações públicas ou regulada pelo aparelho estatal para prover serviços e benefícios sociais para sanar os deficits encontrados no manto social, contornando as privações sociais e combatendo de frente as situações de risco social.

O Estado foi direcionado ao lugar de responsável pela proteção social de todos, devido diversos fatores que influenciavam a grande massa e impactavam a sociedade de forma econômica e social, como, por exemplo, desemprego, velhice, doenças e morte. Portanto, diante da impossibilidade de sustento e proteção própria, incumbiu-se ao aparelho estatal a conduta de garantir a renda para aqueles que não podiam acessá-la de forma tradicional – através do trabalho e contribuição.

No Brasil, anteriormente a criação da seguridade social conhecida atualmente, havia um seguro social, não universal, mas que ainda assim tratava-se de “um sistema de cotizações de caráter obrigatório garantido pelo Estado, que abre acesso a uma renda nos casos em que o risco de doença, invalidez, velhice e desemprego impeçam o trabalhador de suprir, pela via do trabalho, a sua subsistência.” (JACCOUD, 2009, p. 59).

O seguro social não abrangia todos os trabalhadores, sendo então um instituto excludente, visto que os grupos que não faziam parte do mercado de trabalho formal não estava acobertado. Os trabalhadores rurais e informais faziam parte dos grupos não inseridos nesse tipo de proteção. Por conseguinte, foi-se desenvolvendo um sistema marcado pelo corporativismo e pela estratificação social (VIANNA, 1989, p. 11), configurando o que Aldaíza Sposati denominou de Estado de Bem-Estar Ocupacional: o acesso aos direitos dependia diretamente do contrato de trabalho e da inserção produtiva (SPOSATI, 1997, p. 9). Desse modo,

O modelo brasileiro de proteção social não partiu do reconhecimento universal enquanto direito de todos os trabalhadores; sua lógica seletiva foi incluindo paulatinamente segmentos da força de trabalho ativa. A perspectiva de universalidade da proteção social mostra-se como confronto com as regras do capital, da acumulação, pois confere significado de igualdade em uma sociedade que, pelas regras do mercado, é fundada na desigualdade. Esse confronto se manifesta em formas múltiplas e permanece presente em contínua luta. (SPOSATI, 2013, p. 661).

Na lógica da sociedade capitalista, a proteção social é vista como um elemento antagônico, pois sua essência é percebida como uma expressão de dependência e assistencialismo. O capital atribui às suas próprias ações valores como liberdade, autonomia e empreendedorismo, estimulando a competição individual como a única via legítima para o sucesso (SPOSATI, 2013, p. 656).

Nesse contexto, aqueles que necessitam de amparo estatal são prontamente estigmatizados como “improdutivos” ou “inválidos”. O estigma decorre do fato de que, para o capital, a contagem de valor reside apenas na capacidade do indivíduo de manter seu autossustento através do salário advindo de uma ocupação; aqueles que dependem da proteção social são, por consequência, desqualificados por não serem contáveis no circuito da produção (SPOSATI, 2013, p. 656). Nesse sentido,

Argumentos de corte liberal ou neoliberal partem da orientação de que é necessário — para favorecer a autoestima, a liberdade, a autonomia do indivíduo — superar sua condição improdutivo de beneficiário, introduzindo no modelo de proteção social a disciplina de frequência a treinamentos para que se reduzam situações de dependência que requerem proteção e se ampliem oportunidades de “exercício de autonomia” isto é, ocupação remunerada de mão de obra, para que o beneficiário se transforme em provedor de sua própria proteção. O requerente de proteção social deve pagar o seguro, deve ser treinado para exercer alguma ocupação rentável, deve se submeter a um processo socioeducativo pautado no domínio de procedimentos ocupacionais como cursos de docinhos, salgadinhos, pizza, manicure, depilação, entre outros, pois nesse modo de pensar a proteção advém não de relações e vínculos mas de condições individuais de ativação. A orientação é a de que o beneficiário possa se tornar um empreendedor e “ganhar sua emancipação”. Nesse horizonte liberal, a perspectiva da proteção social é tornar-se o mais reduzida possível e contrapor a “dependência com a condição de ser consumidor” (SPOSATI, 2013, p. 657-658).

A política social surgiu atrelada ao contrato de trabalho formal, vinculando o acesso aos benefícios à posição ocupacional e à contribuição previdenciária. Essa lógica resultou em um modelo corporativo e restrito, que privilegiou determinados grupos e excluiu grande parte da população da proteção social efetiva. Sendo assim, a estrutura de proteção nacional força o caráter seletivo, fragmentado e hierarquizado do sistema de seguridade, reproduzindo as desigualdades históricas de um país marcado pelo racismo, pela informalidade e pela concentração de renda.

A Constituição Federal do Brasil, criada em 1988, desbravou em seu bojo a seguridade social, como base do sistema de proteção, no qual detém três grandes instituições de proteção social: a previdência, a saúde e a assistência social.

Como resultado das determinações constitucionais e suas regulamentações, a proteção social no Brasil sofreu radicais alterações, entre as quais cabe destacar: (i) a instituição da Seguridade Social como sistema básico de proteção social articulando e integrando as políticas de seguro social, assistência social e saúde; (ii) o reconhecimento da obrigação do Estado em prestar serviços de saúde de forma universal, pública e gratuita, em todos os níveis de complexidade, por meio da instituição do Sistema Único de Saúde – SUS; (iii) o reconhecimento da assistência social como política pública

instituindo o direito de acesso aos serviços pelas populações necessitadas e o direito a uma renda de solidariedade aos idosos e portadores de deficiência em situação de extrema pobreza; (iv) extensão dos direitos previdenciários com estabelecimento do salário-mínimo como valor mínimo e garantia de irredutibilidade do benefícios; (v) a extensão dos direitos previdenciários rurais com redução do limite de idade, inclusão do direito à trabalhadora rural, o reconhecimento do direito à aposentadoria apoiado em uma transferência de solidariedade ao trabalhador familiar; (vi) o reconhecimento do seguro-desemprego como direito social do trabalhador a uma provisão temporária de renda em situação de perda circunstancial de emprego. (JACCOUD, 2009, p. 63).

Portanto, tem-se, então, a ampliação do conceito de cidadania social e reconhece a responsabilidade do Estado na oferta universal de benefícios e serviços. Diante disso, surge um novo modelo de direito social como instrumento de redistribuição e enfrentamento das desigualdades e que visa a inclusão, quebrando com o conceito de proteção que existia anteriormente.

Contudo, o desenho constitucional convive com contradições estruturais, pois a ampliação dos direitos ocorreu em um contexto de crise econômica e de avanço do neoliberalismo. Portanto, enquanto o texto constitucional proclama a universalidade, a prática política tende a restringir a cobertura, limitando a efetividade das garantias sociais.

A proteção social não pode ser concebida sem a presença ativa e coordenadora do Estado, pois é o aparelho estatal que detém a capacidade institucional e política para remodelar e tornar demandas sociais em direitos jurídicos reconhecidos e universalizáveis. O Estado, ao assumir essa função, torna-se o mediador das tensões entre o desenvolvimento econômico e a justiça social, atuando como instrumento de equilíbrio e correção das desigualdades inerentes ao capitalismo dependente.

No entanto, conforme já citado anteriormente, O modelo de proteção social brasileiro não nasceu sob a égide do reconhecimento universal como um direito garantido a todos os cidadãos desde o início. Pelo contrário, seu início foi marcado por uma lógica seletiva, que integrou gradualmente segmentos específicos da força de trabalho ativa ao longo do tempo (SPOSATI, 2013, p. 661). Assim, quando se defende uma perspectiva universal cria-se um conflito com o que foi estabelecido pelo capitalismo, visto que a proteção social confere um sentido de igualdade em uma sociedade que, sob a ótica do mercado, é estruturada fundamentalmente na desigualdade. Esse antagonismo se manifesta em múltiplas formas e perdura como um campo de intensa e contínua disputa (SPOSATI, 2013, p. 661).

De qualquer forma, na prática, é necessário compreender que a cidadania social é indissociável da ação estatal, pois a pobreza, mais do que uma condição econômica, é expressão

da ausência de direitos. Nesse sentido, combater a pobreza significa ampliar a cidadania, e não apenas implementar políticas compensatórias e focalizadas. O Estado, ao institucionalizar o acesso a bens e serviços como saúde, previdência e assistência, reconhece o trabalhador como sujeito de direitos, e não apenas como força de trabalho. Assim, a proteção social não se reduz a um mecanismo de alívio da miséria, mas representa um instrumento de inclusão e dignificação humana.

Outrossim, quando um direito social é reconhecido como dever do Estado, ele deixa de depender da boa vontade dos governos e passa a integrar o pacto constitucional de cidadania, tornando-se exigível judicial e politicamente. Assim, a função do Estado é dupla: assegurar o financiamento e a gestão das políticas sociais, e, simultaneamente, proteger os cidadãos das desigualdades geradas pelo próprio mercado, sobretudo em contextos de crise econômica e reestruturação produtiva.

Seu enfrentamento, complexo e multidimensional, necessita mobilizar não apenas os benefícios sociais de manutenção de renda, sejam eles de natureza contributiva ou não contributiva. A eles devem se articular políticas sociais que ofertam serviços, equalizam oportunidades, garantem o acesso a padrões mínimos de bem estar e mobilizem e ampliem as capacidades. Mas é sobretudo face à ocupação e ao emprego que se sobrepõem os grandes desafios ao enfrentamento da pobreza. Principalmente na atual fase da economia mundial, quando se pode constatar que crescimento econômico não implica necessariamente geração de emprego ou de renda em níveis satisfatórios. Uma política de combate à pobreza e à desigualdade implica o amadurecimento de um projeto de desenvolvimento com equidade que, como afirmam Delgado e Theodoro (2005), requer uma estratégia de enfrentamento “das relações fundiárias iníquas, das relações de trabalho excludentes e dos direitos de cidadania restritos”. (JACCOURD, 2009, p. 71).

Nesse cenário, a defesa dos direitos sociais se torna não apenas uma questão de justiça distributiva, mas também de legitimação democrática e estabilidade social. Ou seja, a efetividade dos direitos sociais é condição de sustentação da própria democracia, pois é através deles que se concretiza a promessa constitucional de igualdade material e cidadania plena.

Ao tratar de capitalismo dependente, é importante falar da questão da pobreza e ressaltar que esta é apenas uma das expressões das desigualdades estruturais. As políticas sociais, portanto, devem ir além da assistência, promovendo inclusão produtiva, ampliação de oportunidades e desenvolvimento humano. Desse modo, o enfrentamento da pobreza passa pela redefinição do modelo de desenvolvimento nacional, pela valorização do trabalho e pela universalização das políticas públicas.

O Estado, ao garantir o acesso a direitos sociais, não apenas combate a pobreza, mas reconfigura as relações entre Estado, mercado e sociedade, promovendo a inclusão e a justiça

social. Contudo, quando o Estado se submete à lógica fiscal e renuncia à sua função protetiva, a política social se transforma em mecanismo de compensação mínima, incapaz de enfrentar as desigualdades estruturais do capitalismo dependente brasileiro. Diante disso, é necessário compreender a proteção social como espaço de disputa política, em que diferentes projetos de sociedade se confrontam, pois temos de um lado, o da cidadania universal e, de outro, o da exclusão legitimada pela eficiência econômica.

A CRFB/1988 fortaleceu os municípios e os estados como executores das políticas sociais, instituindo um modelo de federalismo cooperativo, baseado na coordenação e na corresponsabilidade entre as três esferas de governo. Todavia, é necessário observar também a existência de desigualdades regionais, no qual compromete a efetividade da descentralização da execução das políticas sociais. Sendo assim, ainda que a gestão descentralizada represente um avanço democrático, ela depende de mecanismos de coordenação e financiamento equitativo.

Outrossim, a consolidação do neoliberalismo e o avanço das reformas econômicas, o Estado social entrou em crise, sendo progressivamente substituído por uma lógica de gestão que prioriza o equilíbrio fiscal em detrimento da justiça social. A partir da década de 1980, consolidou-se o discurso de que o mercado seria capaz de autorregular-se, reduzindo o papel estatal à mera supervisão das relações de trabalho. Esse movimento resultou em uma reversão das conquistas históricas da classe trabalhadora, que passou a conviver com vínculos frágeis, contratações intermitentes e uma crescente informalidade.

Diante disso, o Estado, antes responsável por garantir condições de cidadania e proteção social, tornou-se agente legitimador da precarização, atuando de modo a flexibilizar direitos sob o pretexto de modernizar as relações laborais. Por conseguinte, a crise do Estado social não representa apenas o enfraquecimento das políticas públicas, mas também a erosão do pacto civilizatório que sustentava o Direito do Trabalho como instrumento de equilíbrio social.

A contemporaneidade do trabalho é marcada pela profunda desproteção social, mesmo em contratos formalizados. Este cenário é ilustrado pelo surgimento de novas figuras que, embora detentoras de um vínculo legal, evidenciam a decomposição da proteção conquistada historicamente. Sendo um desses novos personagens do mundo laboral contemporâneo o “desempregado de carteira assinada”. Nesse sentido,

O “desempregado de carteira assinada” representa o cotidiano do labor relacionado a uma das novas figuras contratuais da relação de trabalho, surgidas após a Contrarreforma Trabalhista de 2017 (Lei 13.467/2017), o contrato intermitente. A legislação supracitada modificou o Decreto-Lei 5.452/1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), introduzindo no

caput do artigo 443 (além de um parágrafo adicional no mesmo dispositivo e o artigo 452- A) os liames de um contrato dotado de subordinação jurídica e de possibilidade de prestação laboral não contínua, onde a prestação de serviço somente ocorre no interesse das demandas do empregador. Nesse tipo de contratação, ressalte-se “formal”, não há qualquer segurança do trabalhador no exercício do labor em relação à própria existência do trabalho e à jornada, uma vez que somente trabalhará quando convocado, estando sem ocupação até que surja a necessidade do tomador de serviços. (SANTOS JUNIOR, 2022, p. 15-16).

O “empreendedor da pandemia”, também conhecido como microempreendedor individual (MEI), que surge como uma alternativa de sobrevivência ao desemprego, e aqueles que, apesar de longas trajetórias laborais, não conseguem cumprir a carência para a aposentadoria devido à constante mudança entre trabalho o formal e o informal, apontam para uma crise estrutural em que as garantias legais não se traduzem em estabilidade ou dignidade plena. Tais figuras refletem a intensa “informalização da formalidade”, uma das dinâmicas centrais da precarização geral do trabalho.

O jurista Valdemiro Xavier dos Santos Junior (2022, p. 17) ressalta que o “contrato intermitente, a formalização do MEI e a forma de contagem de carência para aposentadorias são todas ações legais e formais. Porém, o aspecto protetivo de tais medidas decresce conforme o grau de vulnerabilidade laboral.”. A realidade do trabalho precário transcende as fronteiras nacionais, consolidando-se como uma característica global. A maior parte da força de trabalho mundial, mais de 60% dos indivíduos ocupados, conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), está inserida na economia informal, o que sublinha a natureza estrutural desse fenômeno (SANTOS JUNIOR, 2022, p. 19).

Para essa vasta parcela da população, a ausência de um emprego formal não decorre de uma escolha profissional, mas sim de uma limitação imposta pelas condições socioeconômicas e pela insuficiência de oportunidades no mercado regulamentado. Este panorama se manifesta de maneira mais aguda nos países periféricos, onde se concentra a maior parte do emprego informal do planeta. Adicionalmente, observa-se uma correlação inversa entre os níveis de informalidade e os indicadores de desenvolvimento humano, renda per capita e escolaridade, reforçando que a precarização não é apenas um problema trabalhista, mas um reflexo da desigualdade econômica e social em escala mundial.

A informalidade se constitui como um traço histórico e persistente no Brasil, e não uma situação transitória. O número recorde de trabalhadores nessa condição demonstra o fracasso das sucessivas estratégias estatais. Inicialmente, as teorias nos anos 1970 pressupôs que a informalidade seria absorvida pelo desenvolvimento, exigindo apenas o fomento à formalização. Posteriormente, a abordagem política na Nova República a reclassificou como

uma estratégia de sobrevivência, focando em políticas assistenciais que, na prática, reforçaram práticas clientelistas e mantiveram as desigualdades estruturais. Por fim, a abordagem subsidiária neoliberal dos anos 90 tratou o trabalhador informal como um pequeno empresário em potencial, desresponsabilizando o Estado pelo provimento de proteção social.

Nesse contexto de reestruturação, surge o fenômeno da plataformização do trabalho, que expressa uma das formas mais sofisticadas da exploração contemporânea. As plataformas digitais transformam a prestação de serviços em uma relação despersonalizada, mediada por algoritmos e interfaces tecnológicas que redefinem a subordinação. Tudo isso, enquanto se utiliza do discurso da autonomia e da flexibilidade.

O trabalhador é induzido a enxergar-se como empreendedor, quando, na realidade, está sujeito a rígidos mecanismos de controle e avaliação. Trata-se de uma nova forma de subordinação algorítmica, na qual a empresa se exime das responsabilidades típicas da relação de emprego, transferindo ao trabalhador os custos e os riscos da atividade. Diante disso, a plataformização não rompe com a exploração capitalista, apenas reconfigura suas formas, revestindo-as de uma falsa liberdade enquanto aprofunda a desigualdade e a vulnerabilidade social.

Para aprofundar a análise da fragilidade laboral, torna-se necessário transcender a visão do “trabalhador universal” e reconhecer o papel ativo do racismo. Este fenômeno social atua como um fator determinante na distribuição de posições no mercado de trabalho, o que se denomina precarização posicional. O racismo estrutural não apenas estabelece barreiras, mas também designa o segmento de pretos e pardos a ocupações mais vulneráveis, instáveis e com menor grau de proteção social. Nesse sentido, o fenótipo funciona como um mecanismo de filtragem, gerando um sistema em que o risco e a insegurança inerentes ao labor são desigualmente distribuídos, garantindo, por contraste, privilégios e maior segurança para os indivíduos classificados como brancos.

Independente do suposto estado de normalidade social, ou ainda de melhoria das condições de vida, a subalternidade e produção das vulnerabilidades na existência das comunidades negras permanecem. O mundo do trabalho representa uma arena historicamente desigual, multifacetada, com heranças do passado colonial e novas formas de subalternidades oriundas da atualidade do capital; gerando formas de precarização de qualidades diferenciadas. A perene informalidade, o crescente desemprego e a intensa informalização do formalidades protetivas das ocupações no mundo do trabalho, tornam palpável o empobrecimento e a indignidade de vivência da maior parte da população, em termo gerais. Entretanto, mesmo nos processos de pauperismo e indignidade, há uma alocação preferencial dos corpos negros nas situações de maior vulnerabilidade, patentes nas estatísticas produzidas na análise de diferenciais raciais. (SANTOS JUNIOR, 2022, p. 36)

Diante das transformações do mercado de trabalho, torna-se evidente a insuficiência do modelo jurídico tradicional de proteção social. O Direito do Trabalho, concebido em um contexto industrial e voltado ao emprego formal, mostra-se incapaz de responder às novas formas de prestação de serviços que escapam à estrutura clássica da subordinação. A ausência de vínculo formal exclui milhares de trabalhadores das garantias básicas (previdência, férias, licenças e seguridade), reproduzindo e ampliando desigualdades históricas.

Essa instabilidade das novas roupagens laborais, que acompanha a desproteção, seja pela perda da capacidade protetiva do formal, seja pela ausência dela no informal, expõe um cenário de insegurança contínua, onde o trabalhador se vê obrigado a gerenciar individualmente os riscos que deveriam ser mitigados pela proteção social. Diante disso, torna-se necessário e urgente repensar a regulação estatal e criar novos instrumentos de proteção social que assegurem direitos mínimos a todos aqueles que vendem sua força de trabalho, independentemente da forma contratual. O desafio contemporâneo, portanto, é equilibrar inovação tecnológica e justiça social, reafirmando o princípio constitucional da valorização do trabalho humano como fundamento da ordem econômica e social.

2.3 As transformações do mundo do trabalho e a exploração capitalista no Brasil

As transformações no universo laboral brasileiro, sobretudo a partir da década de 1990 e sob a égide do neoliberalismo, foram marcadas por um intenso processo de reestruturação produtiva. Impulsionadas por corporações transnacionais, as empresas no Brasil implementaram novos modelos de organização, inspirados em técnicas flexíveis de acumulação, como o toyotismo. Essa nova dinâmica mesclou resquícios do fordismo com a acumulação flexível, adotando a produção enxuta (*lean production*), sistemas *just-in-time* e *kanban*, e programas de participação nos lucros, alinhando-se à lógica do capital financeiro e ao ideário neoliberal (ANTUNES, 2014, p. 40).

Assim, como resultado direto dessa reestruturação, observou-se a acentuação da flexibilização, da informalidade e, principalmente, da precarização das condições de trabalho no país. A informalidade, que pode ser compreendida como a atividade laboral sem formalidades delimitadas pelos diplomas legais, tem a capacidade de intensificar o grau de precarização. Neste sentido, os diversos mecanismos de flexibilização são utilizados pelas empresas como ferramentas para contornar a legislação social do trabalho. A nova fase do capitalismo brasileiro, e a concretização da denominada Indústria 4.0, é, assim, determinada pela conjugação da desregulamentação, da flexibilização produtiva e da ampliação da

terceirização.

Embora a classe trabalhadora brasileira apresente uma estrutura crescentemente diversificada, um traço presente e que tem função de unir a nova forma trabalhista é a intensificação e a superexploração da força de trabalho. No contexto do capitalismo dependente, essa exploração se aprofunda por meio de mecanismos específicos de controle e aceleração impostos pelo capital. Nesse sentido,

Nova morfologia que, no Brasil, compreende desde o operariado industrial e rural, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. Nova morfologia que presencia a ampliação de novos proletários do mundo industrial, de serviços e da agroindústria, de que são exemplos as trabalhadoras de telemarketing e call center, das tecnologias de informação e comunicação que se desenvolvem na era digital, além dos digitalizadores que laboram nos bancos, dos assalariados do fast food, dos trabalhadores jovens dos hipermercados, dos motoboys que morrem nas ruas e avenidas, usando suas motocicletas para transportar mercadorias etc. E essas distintas modalidades de trabalho vêm desempenhando um papel de destaque, não só na agilização da circulação de informações, vital para a reprodução do capital, como também no desencadeamento de novas lutas sociais e sindicais. (ANTUNES, 2014, p. 50).

A reconfiguração do cenário laboral contemporâneo exige uma visão ampliada do conceito de classe trabalhadora, superando a imagem restrita ao proletariado de fábrica que exercia sua atividade de forma manual e estável, típica das fases fordistas e tayloristas (ANTUNES, 2009, p. 50). Diante de teses que buscam decretar o fim do trabalho ou o desaparecimento das classes sociais, o sociólogo Ricardo Antunes propõe a categoria “classe-que-vive-do-trabalho” para abarcar o conjunto daqueles que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver, conferindo validade e amplitude contemporânea ao conceito marxiano.

Essa noção expandida engloba a totalidade do trabalho assalariado e coletivo, incluindo não apenas os trabalhadores produtivos (que geram diretamente mais-valia) e seus núcleos centrais no proletariado industrial, mas também os trabalhadores improdutivos de diversos setores (como serviços, comércio e setor público), que consomem valor de uso para o capitalista ou para o público, sendo, ainda assim, essenciais para a reprodução ampliada do sistema (ANTUNES, 2009, p. 102).

Essa nova morfologia, portanto, não é marcada apenas pela tecnologia, mas pela intensa precarização do vínculo laboral, elemento central do capitalismo no Brasil. A flexibilização atua como o principal instrumento para reduzir custos e aumentar a superexploração da força de trabalho, manifestando-se no aumento de contratos parciais, terceirização irrestrita e o

crescimento da informalidade.

De mesmo modo, essa precarização recai sobre setores específicos, evidenciando desigualdades de gênero e raça na divisão social do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 105). As mulheres, por exemplo, inserem-se em massa em postos de trabalho precários e com remuneração inferior, frequentemente em jornadas duplas (cumulando trabalho produtivo e reprodutivo), o que configura um mecanismo de exploração particularmente violento e indispensável para a manutenção do sistema. Assim,

Dentre tantas consequências dessa divisão sexual do trabalho, posso lembrar, a título de exemplo, que frequentemente os sindicatos excluem do seu espaço as mulheres trabalhadoras, além de mostrarem-se incapazes também de incluir os trabalhadores terceirizados e precarizados. Ocorre que a classe trabalhadora moderna é crescentemente composta por esses segmentos diferenciados, mulheres e terceirizados e/ou precarizados (e ainda mais frequentemente por mulheres terceirizadas), que são parte constitutiva central do mundo do trabalho. Se os organismos sindicais não forem capazes de permitir a (auto)organização das mulheres e/ou dos/as trabalhadores/as part time no espaço sindical, não é difícil imaginar um aprofundamento ainda maior da crise dos organismos de representação sindical dos trabalhadores (ANTUNES, 2009, p. 107).

Outrossim, a consolidação da precarização e da superexploração no capitalismo brasileiro impõe consequências que ultrapassam a esfera econômica, alcançando profundamente a dimensão da organização e da luta da classe trabalhadora. A nova estrutura laboral, marcada pelo aumento de trabalhadores terceirizados, subcontratados, e pela maciça inserção de mulheres em postos precarizados, revela uma classe mais segmentada e desprotegida (ANTUNES, 2009, p. 103).

Nesse contexto, a crise das organizações sindicais tradicionais torna-se evidente. Ao excluírem ou se mostrarem incapazes de integrar a representação dos segmentos mais vulneráveis e crescentes, como as mulheres, pessoas negras, os trabalhadores em tempo parcial e os terceirizados, os sindicatos falham em acompanhar a própria transformação da classe.

Para mais, é importante ressaltar que no cenário atual é impossível distanciar a hegemonia do neoliberalismo e da financeirização da economia, um modelo que atua diretamente na redefinição das relações de classe e na intensificação da exploração, pois, ao agir como um “gestor dos negócios da burguesia” (DRUCK, 2023, p. 18), o Estado não apenas permite, mas fomenta a retirada de recursos do fundo público e a consequente escassez de investimentos sociais, configurando um contexto estrutural de profunda desigualdade

Longe de ser um mero resultado da crise, a precarização emerge como uma estratégia consciente do capital em sua fase de globalização e hegemonia financeira. Conforme Graça

Druck (2011, p. 41), a precarização entende-se também como “como uma estratégia de dominação”. Por conseguinte, também compreende que “é um novo e um velho fenômeno, por que é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um fenômeno de caráter macro e microsocial” (DRUCK, 2011, p. 43).

No sentido do capitalismo dependente, a luta histórica por direitos sociais e políticos no Brasil se manifesta de forma intermitente, marcada por avanços, retrocessos e longos intervalos de descontinuidade. A financeirização impõe uma ameaça contínua aos direitos, sendo fundamental a análise dos temas da previdência e do direito ao trabalho, centrais para a reprodução da classe trabalhadora. Essa desproteção é intensificada por meio de contrarreformas (como a da previdência) e da consolidação de novas formas de exploração que, ironicamente, chegam a negar a própria existência da classe trabalhadora, a exemplo da economia de plataformas.

A precarização social não deve ser vista como um novo fenômeno, mas, no capitalismo dependente, onde a informalidade e a superexploração sempre coexistiram com o trabalho formal, a precarização adquire uma nova dimensão, tornando-se uma estratégia central e consciente do capital em sua fase de globalização e hegemonia financeira. Essa condição de instabilidade se manifesta nos níveis macro e microsocial, atuando como o motor da reorganização das relações laborais.

Essa precarização social do trabalho tem consequências diretas para a subjetividade e a resistência da classe trabalhadora. A pressão pela produtividade, a concorrência exacerbada e o medo constante do desemprego estrutural são internalizados, levando ao desgaste físico e mental dos indivíduos e dificultando o surgimento de formas de organização coletiva eficazes (DRUCK, 2011, p. 47-48). A exploração não se dá apenas pela intensificação da jornada e pela redução salarial, mas pela exigência constante de engajamento subjetivo, o chamado “novo espírito do capitalismo”, onde o trabalhador deve estar permanentemente disposto a se adaptar às exigências do mercado sob pena de exclusão (DRUCK, 2011, p. 41).

Portanto, o grande desafio reside em compreender as novas formas de resistência que emergem em um mundo do trabalho fragmentado (DRUCK, 2012, p. 48-49). A busca por novos indicadores de precarização, bem como o reconhecimento das lutas travadas fora dos moldes sindicais tradicionais, é essencial para delinear os caminhos da resistência e da afirmação da classe-que-vive-do-trabalho frente ao capital flexível.

A descontinuidade histórica da proteção social brasileira encontra seu ápice na estratégia da flexibilização da legislação do trabalho (FADUL, 2013, p. 317). Este mecanismo não se limita à mera alteração de artigos de lei, mas representa um projeto político-econômico que visa

adequar as relações de emprego à voracidade do capital globalizado. O objetivo primordial é desvincular o capital dos encargos sociais e trabalhistas, minimizando os custos fixos da mão de obra e maximizando a extração de valor.

A flexibilização atua como o principal agente de fragilização dos laços protetivos, legitimando a transição do contrato de trabalho seguro para formas contratuais mais frágeis e voláteis. Por conseguinte, o discurso que sustenta essa agenda é a suposta necessidade de remover os “entraves” legais para estimular a competitividade e criar empregos.

Contudo, a experiência brasileira revela que esse método jurídico resulta, na verdade, em um aumento imenso da insegurança laboral. A flexibilização é instrumentalizada em duas frentes: primeiro, pela atenuação dos direitos nucleares, como jornada e remuneração; e, segundo, pela multiplicação de vínculos atípicos e precários. Tais ações desvirtuam a finalidade protetiva do Direito do Trabalho, empurrando o ônus dos riscos sociais e econômicos, que antes eram coletivos, para a esfera individual do trabalhador.

Além do impacto direto na relação contratual, a flexibilização impõe um desgaste significativo aos organismos de defesa e representação dos trabalhadores. Ao propor que o negociado prevaleça sobre o legislado, a agenda flexibilizadora enfraquece o poder normativo da lei e, consequentemente, a capacidade de intervenção dos sindicatos em um ambiente de alto desemprego (FADUL, 2013, p. 317). Tal estratégia contribui para a atomização da classe trabalhadora, diluindo a força coletiva e reforçando a ideologia do individualismo e da autogestão de carreira, o que é um pressuposto crucial para a aceitação das relações mediadas por plataformas.

Portanto, o estudo das transformações do trabalho no Brasil indica que a emergência dos modelos de plataforma digital, objeto dos capítulos seguintes, não é acidental, mas sim uma consequência lógica do desmonte regulatório promovido pela flexibilização, conforme ressalta a jurista Isabela Fadul. A nova roupagem jurídica que permite a terceirização irrestrita, a pejotização e a ausência de responsabilidade patronal criou a infraestrutura legal perfeita. É nesse ambiente desprotegido, onde a lei já havia sido fragilizada e o risco social já havia sido transferido ao indivíduo, que o fenômeno da plataformização encontra o contexto ideal para negar o vínculo de emprego e perpetuar a exploração.

3. PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO E EXPLORAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL

Ao se atentar as novas formas de impulsionar a exploração do trabalhador brasileiro, através do crescimento do trabalho plataformizado, faz-se necessário delimitar e explorar o mais atual método de controle e gerenciamento realizado pelo sistema capitalista. Por conseguinte, cabe verificar como o ordenamento jurídico se posiciona com as inovações trabalhistas, bem como urge observar, através de dados estatísticos, a realidade empírica dos prestadores de serviço e as empresas detentoras das plataformas.

3.1 Delimitando a plataformização do trabalho no Brasil

Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), no 4º semestre de 2022, foi possível identificar que 2,1 milhões de pessoas realizam trabalho através de plataformas digitais ou obtinham sua clientela no comércio digital. O número continua crescendo, bem como a precarização do trabalho relacionado a esta modalidade. A mesma pesquisa revelou também que: a) há um controle exercido pelas plataformas digitais sobre os trabalhadores; b) a jornada de trabalho consegue ser excessiva; c) uma pequena parcela dos trabalhadores plataformizados contribuem para a previdência social.

Na mesma pesquisa também foi realizado um recorte regional, no qual declarou que a região Sudeste tem o maior campo de plataformizados, com 57,9% do total de trabalhadores que utilizam a plataforma digital como meio de prestação de serviços. Além disso, evidenciou que, no Brasil, 47,2% dos trabalhadores plataformizados utilizavam essa forma de atividade com aplicativos de transporte particular de passageiros (sem incluir os aplicativos de táxi), e 39,5% utilizavam aplicativos de entrega de comida e produtos. No contrário, a porcentagem em relação a aplicativos de táxi já é inferior ao conter 13,9% de profissionais no ramo a época da análise.

Portanto, a partir desses dados, a análise concluiu que há grande crescimento nesse tipo de atividade por meio de plataformas digitais, principalmente no setor de transporte particular de passageiro por meio de aplicativos, do qual não incluem táxi, e grande quantidade de trabalhadores em entrega de alimentos e mercadorias.

Ao aprofundar os dados, constatou-se que a maioria dos trabalhadores plataformizados se tratavam de jovens de 25 a 39 anos, bem como o nível de instrução dessa população era, em sua maioria, de nível médio completo ou superior incompleto. Outra revelação importante de destaque que foi revelado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2022 foi a dependência em relação as plataformas digitais. Assim, concluiu-se que os

trabalhadores de transporte de passageiros (sem incluir os taxistas), mas com inclusão dos entregadores de alimentos e produtos, formam o grupo com maior grau de dependência em relação a plataforma.

Outrossim, também destacou-se na pesquisa que o valor recebido pelos prestadores de serviço para cada tarefa concluída era determinado pela empresa de aplicativo, mas, não para por aqui, pois a escolha dos clientes também dependia completamente da escolha do aplicativo. Por fim, também era determinado pela empresa o prazo para cumprimento da tarefa a ser realizada.

Em relação a jornada de trabalho, o PNAD Contínua de 2022 demonstrou que, apesar da crescente ideia de flexibilização, os plataformizados tinham jornadas semanais mais extensas comparadas com aqueles que não trabalhavam para plataformas digitais. O aumento de jornada também ocorria devido incentivos, mais trabalho e valores maiores ao realizar determinada quantidade de tarefas.

Em relação a pesquisa realizada pelo IBGE de 2024, um aspecto importante foi constatado: 71,1% dos plataformizados estavam trabalhando na informalidade. Na mesma pesquisa foi possível perceber que a dependência em relação as empresas de plataformas digitais de trabalho ainda eram as mesmas: a empresa ainda decide o valor a receber, o prazo para realização de tarefas e quais clientes serão atendidos. A jornada de trabalho continuou mais extensiva, mas também destacou que a empresa utiliza de estratégias como ameaça de punições ou bloqueios e sugere turnos e dias de trabalho para que esse indivíduo não pare de trabalhar.

Portanto, tais dados apenas reforçam o crescimento da precarização do trabalho corroído e desenvolvido pela ideia de flexibilidade, autonomia e de maior liberdade financeira. Percebe-se que a plataformização, conhecida por muitos como “uberização”, se trata de mais uma forma de exploração do capital, mas, utilizando-se, agora, do argumento da globalização e os novos avanços da tecnologia.

O termo *uberização*, que atualmente não é considerado adequado, mas que, conforme doutrina majoritária, passou a ganhar visibilidade devido a Uber, empresa que se utiliza de plataforma digital para fornecer transporte particular para as pessoas com auxílio de prestadores de serviços declarados autônomos e sem vínculo direto com a empresa. A uberização ainda pode ser compreendida como um processo que tem como os algoritmos um grande aliado para mediação de relações de trabalho.

Contudo, a plataformização de serviços transcende a noção de um mero aplicativo individual, caracterizando-se como um conceito abrangente que engloba um conjunto vasto e interconectado de sistemas digitais. Esse fenômeno abarca diversas ocupações e modelos de

negócio que dependem dessa arquitetura tecnológica, e não apenas de uma única ferramenta. Portanto, a utilização de plataformas digitais configura um arranjo complexo que gera impactos econômicos, sociais e políticos de grande escala, indo muito além da funcionalidade limitada de um software isolado. Nesse sentido,

Van Dijck (2013), ancorada em proposições de campos como a Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2005) e da Economia Política da Informação (CASTELLS, 2009) defende que as plataformas não são unidades acabadas, mas conjuntos de relações que precisam ser constantemente performadas. Para a autora, as plataformas são ao mesmo tempo organizações socioeconômicas e construtos tecnoculturais, que agem na codificação de atividades cotidianas em arquiteturas computacionais. Assim, mais do que atestar a intermediação de um aplicativo de celular, o status de plataforma conferido à Uber diz da sua constituição em um enredamento de estratégias retóricas e mercadológicas, disputas políticas, ações de usuários e arquiteturas computacionais. Na esteira destas contribuições, o conceito de “plataformização” é proposto por Helmond (2015) para tratar da “plataformização da web” – a emergência da plataforma como o modelo infraestrutural e econômico dominante da web” (HELMOND, 2015, p. 511), e é posteriormente estendido à plataformização das infraestruturas (PLANTIN et al., 2016) e mesmo à plataformização do social (D’ANDRÉA, 2017). Assim, “plataformização” passa a descrever a organização e operacionalização de atividades cotidianas, serviços, infraestruturas, em torno da lógica e da arquitetura de plataformas digitais (DUARTE, GUERRA, 2020, p. 45).

Nesse sentido, inicialmente, é necessário buscar delimitar o fenômeno da plataformização, no qual compreende-se como uma infraestrutura digital que conecta trabalhadores e os contratantes destes. De outra maneira, segundo José Carlos de Carvalho Baboin, “trabalho sob demandas via aplicativos é o nome utilizado para identificar um dos novos modelos de gerenciamento de mão de obra surgidos com o avanço da tecnologia da informação e da comunicação” (BABOIN, 2017, p. 330). Desse modo,

O tema ganha visibilidade com a formação de enormes contingentes de trabalhadores controlados por empresas que operam por meio de plataformas digitais. O desafio contemporâneo frente a esse novo tipo de organização envolve elementos complexos e armadilhas teórico-políticas. Reside em compreender as plataformas digitais como um novo meio poderoso pelo qual as relações de trabalho vêm se reestruturando, sem, entretanto, incorrer em um determinismo tecnológico que mistifique os processos sociais que envolvem décadas de flexibilização e transformação no trabalho, e que se materializam nas plataformas digitais, embora de forma obscura. (ABÍLIO, AMORIM, GROHMANN, 2021, 27-28).

Para além disso, este tipo de labor contemporâneo através de plataformas digitais também é marcado pelo grande dilema relacionado a exploração do trabalho e acumulação capitalista. Por conseguinte, essa realidade atual reforça a teoria de que o trabalho precarizado

encontra-se disfarçado por discursos de melhorias de condições de serviço, autonomia financeira e flexibilização. Contudo, trata-se, na verdade, de um disfarce do trabalho informal, não regulado, de baixa remuneração e qualificação profissional, destacando-se pelo distanciamento do que é regulado e deveria ser protegido pelo Estado, bem como a perda de estabilidade, contratualmente tratados, acordados legalmente como, por exemplo, remunerações, local de trabalho e horários (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021, p. 30).

Um traço distintivo dessa nova modalidade de exploração é o autogerenciamento subordinado. Diferentemente dos modelos tayloristas e fordistas, onde a subordinação era visível e o controle era exercida diretamente pelo chefe na fábrica, o controle na plataformização é exercido de forma algorítmica e indireta. O trabalhador é induzido a gerenciar sua própria jornada, riscos e custos operacionais, assumindo o papel de um suposto “empreendedor de si” (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021, p. 40). Contudo, essa autonomia é ilusória, pois o trabalhador permanece subordinado a um sistema de avaliação e punição invisível (o algoritmo), que define preços, remuneração e acesso à demanda, garantindo um controle estrito sobre sua atividade.

A questão da utilização de plataformas digitais para contratação e prestação de serviço não representa uma simples continuidade da informalidade, mas uma radicalização das bases estruturais da exploração da classe trabalhadora (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021, p. 42). Ela reconfigura práticas produtivas antigas, como a subcontratação e o trabalho intermitente, juntando-as à tecnologia digital para atingir novos níveis de dominação.

De igual modo, há um discurso nebuloso dirigido aos trabalhadores nestas empresas nuvens. A relação econômica e mercantil é naturalizada como se fosse uma concessão ou uma dádiva para pessoas vulneráveis. Busca-se legitimar estas novas formas precárias de trabalho, tornando senso comum a ideia de que tal labor é “oportunidade de renda” no cenário de crise econômica e imenso desemprego. Neste sentido, a “empresa nuvem” expressa um mito de ajuda e auxílio. Descortinando as propagandas e aparências, percebemos que há muita estrutura física, bens e trabalho humano envolvido nestas empresas, contudo há uma invisibilização destes fatores produtivos devido à sua posição externalizada (OLIVEIRA; CARELLI; GRILLO, 2020, p. 2.616).

A centralidade da exploração ainda reside na extração de mais-valor, mesmo que o controle se exerça por meio de algoritmos e a remuneração se apresente apenas a cada tarefa realizada. Ignorar essa centralidade pode levar a equívocos teóricos, como a descartabilidade social da força de trabalho ou a negação da importância do trabalho em si, mascarando que o capital segue atrelado à exploração labora

No Brasil, essa radicalização é particularmente intensa, pois a fragilidade do vínculo

facilita a penetração e a consolidação das plataformas. O resultado é a transferência total dos riscos inerentes à atividade para o trabalhador, enquanto as classes capitalistas, mediadas pelas plataformas, obtêm o máximo de valor com o mínimo de responsabilidade social e jurídica.

A plataformização passou a ser um novo fator global que busca a transformação dos trabalhadores regidos pela legislação de forma celetista em trabalhadores autônomos, redefinindo as formas de controle e organização trabalhista. Conforme aponta a cientista social Ludmila Abílio (2020, p. 114), trata-se da consolidação de um novo perfil de trabalhador, o “*just-in-time*”. Este é definido como um “autogerente subordinado”, que se encontra permanentemente disponível, mas desprovido de direitos ou garantias sobre sua remuneração e jornada (ABÍLIO, 2020, p. 114).

O trabalhador que enquadra-se na modalidade *just-in-time* é a principal figura dessas novas relações de trabalho, pois, está na modalidade em que fica em disponibilidade constante para o trabalho, mas só será remunerado pela tarefa executada, ou seja, sua hora de espera para receber a tarefa não será contabilizado como hora de serviço e à disposição deste. Embora as empresas de aplicativo, frequentemente utilizem a suposta autonomia do trabalhador, especialmente quanto à definição da própria jornada, trata-se de uma ilusão, pois, na verdade, o trabalhador está se autogerenciando de forma subordinada.

O trabalhador é, assim, individualmente responsabilizado por sua própria subsistência e pelos custos e riscos da atividade. A extensão das jornadas, portanto, deixa de ser definida por um controle patronal direto e passa a ser ditada pela necessidade do próprio indivíduo em atingir uma meta de sobrevivência financeira (ABÍLIO, 2020, p. 117).

Por conseguinte, ao invés de uma contratação formal, regida pela legislação trabalhista celetista, tem-se um cadastro de trabalhadores informais que estão em disponibilidade, sem nenhum tipo de formalidade, além de uma adesão contratual para acesso e uso da plataforma. As empresas se posicionam legalmente como meras “mediadoras” que conectam oferta e demanda. Na prática, entretanto, elas exercem um controle rigoroso por meio do que pode ser definido como “gerenciamento algorítmico” (ABÍLIO, 2020, p. 118). As plataformas alguns poderes importantes e determinantes, como afirmado por Ludimila Abílio:

Atualmente, o gerenciamento algorítmico eleva a novos patamares a possibilidade de incorporar como elemento central da gestão a ausência de regras formalmente definidas do trabalho; a informalização é cada vez mais profundamente administrável. Ao mesmo tempo que se apresenta legalmente como uma mediadora, a empresa detém o poder de estabelecer regras do jogo da distribuição do trabalho e determinação de seu valor. O gerenciamento também mira na intensificação e extensão do tempo de trabalho, regulando soberanamente oferta e procura, por meio de regras permanentemente

cambiantes que se retroalimentam da atividade da multidão (ABÍLIO, 2020, p. 119).

Para além disso, não se há clareza em relação a como funciona a determinação de metas e bonificações e, portanto, percebe-se que o trabalhador fica em disponibilidade, mas sem ao menos saber como as empresas se organizam e classificam as escolhas de quem será o trabalhador da vez para realizar o tipo de serviço ofertado e solicitado.

Conforme propõem Oliveira, Carelli e Grillo (2020, p. 2622), existem plataformas “puras”, que operam como verdadeiros marketplaces digitais, locais de compra e venda de mercadorias são um exemplo, limitando-se a conectar oferta e demanda sem um controle relevante sobre a negociação. Em contraste, as plataformas “híbridas” ou “mistas” (como a Uber) mesclam a aparência de mercado com uma estrutura de hierarquia. Nestas, a empresa não é mera intermediária, pois seu negócio é a prestação do serviço final. A plataforma define unilateralmente o preço, as condições e o modo da prestação, e os usuários (trabalhador e cliente) não negociam entre si, mas sim aderem às regras impostas pela empresa (OLIVEIRA; CARELLI; GRILLO, 2020, p. 2623).

Nesse contexto, encontra-se também o termo “fetichismo tecnológico” diante do capitalismo inerente as novas plataformas e relações de trabalho derivadas destas. O termo encontra influência no conceito de “fetichismo da mercadoria”, tese marxiana, mas traduzido em uma leitura contemporânea, baseando-se na atual realidade das relações de trabalho influenciadas pela tecnologia.

O uso da tecnologia conta com algoritmos, automação e robôs. Ao ser introduzido nas relações de trabalho tem-se a reiteração do apagamento do trabalhador, tornando este invisível por de trás da atividade laboral, bem como o apagamento de todos os recortes de raça, classe e gênero, aumentando o esvaziamento do debate entorno do tema. Para Karl Marx (2013, p. 122), a principal problemática relacionada ao fetichismo é a transformação da condição do trabalhador tornando-se mera mercadoria, afasta-se do trabalhador o produto fruto do seu trabalho e afasta-se a sua própria humanidade.

Por conseguinte, compreende que, no sistema capitalista, as relações sociais de produção entre as pessoas ficam ocultas e até mesmo distorcidas, configurando-se como uma relação entre mercadorias, entre coisas, distanciando-se de uma relação que antes era completamente social, entre seres humanos. Assim, o fetichismo se abriga na ideia de que o valor de um produto, no qual vem da “igualdade dos trabalhos humanos”, ou seja, do tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção, não aparece como tal, mas como uma propriedade natural e intíseca do próprio produto. Cria-se a ilusão social de que as mercadorias

tem um valor próprio e independente, escondendo o fato de que esse valor é, na verdade, o resultado do trabalho humano e das relações sociais de exploração por trás de sua produção.

Devido as novas formas de tecnologia encontradas e as novas transformações sofridas na estrutura trabalhista, encontra-se o conceito de fetichismo tecnológico, uma adaptação da tese marxiana, no qual o sistema capitalista utiliza o discurso sobre o surgimento de “novas” mercadorias digitais, como algoritmos, inteligência artificial e robôs, como uma forma de ocultar a existência do trabalho humano, mesmo que o trabalho humano de fato seja o que faz a engrenagem capitalista moderna funcionar (MOTA; COSENTINO FILHO, 2024, p. 85). No entanto, ele é frequentemente “disfarçado” para parecer que é um processo totalmente automatizado, quando, na verdade, continua sendo realizado por trabalho vivo. Assim,

O problema do fetichismo como elemento estruturante do capitalismo é que ele se espalha para além da forma-mercadoria; alcança a forma-dinheiro, o capital, a força do trabalho e a própria tecnologia. O mundo digital e maquínico dos tempos de hoje passa a ser o lócus privilegiado, para usar uma expressão de Everaldo Gaspar (2022), do capitalismo para fetichizar as relações como se fosse entre coisas, escondendo as relações sociais de trabalho vivo que lhe subjazem. Como afirma Rolim Mota (2022), o fetichismo da mercadoria, agora aplicado às relações sociais hodiernas em sua expressão do fetichismo tecnológico, faz com que, ao menos a nível de discurso, os trabalhadores “desapareçam” por detrás das interfaces do “aplicativo”, máquinas e algoritmos que operam. Incorre, assim, o mencionado discurso em uma suposição fetichista da realidade, que não somente inverte sujeito e objeto, ou seja, coisifica trabalho vivo, que é a pessoa do trabalhador e da trabalhadora, como também assujeita trabalho morto, ou seja, dá vida, vontade e consciência a um mero enfeixe de códigos matemáticos – o algoritmo – que, por si só, não tem “desejo” ou “querer” outro que não daquele em razão do qual foi criado e elaborado: o capitalista proprietário da empresa de plataforma. (MOTA; COSENTINO FILHO, 2024, p. 87).

O fetiche tecnológico mais comum e que há ampla divulgação é a “automação total” e, com isso, o desaparecimento dos empregos e trabalhadores, havendo substituição plena pelas máquinas. De mesmo modo, tem como exemplo a empresa Amazon, que passou a utilizar, em meados de 2021, um sistema em que os consumidores utilizavam de seus serviços e adquiriam mercadorias sem ao menos encontrar com qualquer trabalhador humano, sendo todas as atividades realizadas com o uso da tecnologia e inteligência artificial. Contudo, a ideia de que as máquinas agiam de forma autônoma foi desmentida, pois quem controlavam os maquinários, à distância, eram pessoas, seres humanos (MOTA; COSENTINO FILHO, 2024, p. 87).

Dessa forma, é possível compreender que todas essas falácias tecnológicas apenas escondem que a exploração ao trabalho humano continua, mas agora disfarçada pela ideia de evolução, transformações e avanços derivadas de novas tecnologias, que parecem

revolucionárias, mas, na verdade, apenas realizam a manutenção das engrenagens do sistema capitalista. Conforme ressalta Fydel Mota e Carlo Cosentino “com o advento das novas tecnologias ao longo do tempo, a necessidade de trabalho humano gerada foi aumentada, e não diminuída. O problema está em perguntar não o número, mas que tipo de trabalho humano tem sido gerado com esses novos artefatos tecnológicos”.

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, presencia-se o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Assim, em vez do fim do trabalho na era digital, está se vivenciando o “crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital em pleno século XXI (ANTUNES, 2018, p. 34).

A ideia de que os empregos se acabarão devido aos avanços da tecnologia também é outra falácia, visto que, estudos realizados por Benanav (2020) indicam que as taxas de crescimento da produtividade do trabalho estão, na verdade, diminuindo, e não acelerando como seria de se esperar se a automação estivesse de fato substituindo massivamente o trabalho. A propaganda dessa ideia de que os trabalhos realizados por humanos terão seu fim em breve, ou seja, as tecnologias serão autônomas e serão responsáveis pela substituição do trabalhador real, existe para desviar a atenção das condições de trabalho atuais e também serve como justificativa para aprofundar divisões coloniais e aumentar as desigualdades de raça e gênero, “privilegiando alguns e punindo outros” (MUNN, 2022, p. 125).

O capitalismo de plataforma, através das empresas como a *Uber* e *Ifood*, são a prova de que tais afirmações supracitadas não se passam de um mito, um disfarce. Os capitalistas que se dizem a favor das plataformas e afirmam que, através da Revolução Industrial 4.0, existiria um grande corpo tecnológico que auxiliaria nos trabalhos pesados e repetitivos, aliviando e amparando o trabalhador, na verdade, não se concretizou. Pelo contrário, “tem aumentado a níveis nunca antes vistos a exploração e esgotamento de energia humana” (MOTA; COSENTINO FILHO, 2024, p. 89).

Conforme afirma Ana Claudia Moreira Cardoso (2022), as empresas-plataforma, além de não garantir quaisquer direitos, remunerando apenas por tarefa e com cada taxa paga de modo muito baixo, são necessárias, assim, longas jornadas de trabalho, tendo como consequência o total desequilíbrio entre os tempos laborais e outros tempos sociais. A afirmação vem a reboque de pesquisas empíricas que vem ratificando as altíssimas jornadas a que os trabalhadores platformizados estão sujeitos (MOTA; COSENTINO FILHO, p. 89).

O algoritmo não é autônomo, mas sim uma ferramenta do capitalista proprietário da plataforma, projetado desde o início para depender da exploração de multidões de trabalhadores, exigindo deles disponibilidade total e permanente, 24h por dia, para atender à demanda imediata dos consumidores. Caso não cumpram, sofrem penalidades como o “desligamento” (demissão sem justa causa) ou o “bloqueio branco”, termo criado pelos próprios trabalhadores (MOTA; COSENTINO FILHO, 2024, p. 90). Conforme Abílio (2020), isso revigora a lógica *just in time* do toyotismo, aplicando-a ao setor de serviços.

Hamid Ekbia e Bonnie Nardi (2017) utilizam o termo “heteromação” para identificar a contradição central entre a automação e a permanência do trabalho humano. Esse conceito representa uma nova lógica e um mecanismo de extração de valor no capitalismo contemporâneo e é, tecnicamente, o oposto da automação. Enquanto a automação visa excluir os humanos do processo produtivo, a heteromação tem o objetivo de mantê-los inseridos para que continuem gerando valor. Embora o capitalismo busque a automação total, ele permanece dependente da força de trabalho humana, tanto como produtora de valor quanto como consumidora (MOTA; COSENTINO FILHO, 2024, p. 91-92).

De qualquer forma, o trabalhador humano torna-se invisível, sendo visto pela mercadoria, o fruto do seu trabalho, não sendo considerado como humano digno detentor de direitos e deveres. Mas, independente das novas formas de trabalho, haverá um ser humano sendo explorado, dispondo do seu tempo e serviços para gerar produtos e valorar o capital.

Em relação as plataformas e a jurisprudência, tem-se decisões não favoráveis ao trabalhador, mas que se baseiam em uma visão apoiada na tese da “novidade pela novidade” (MOTA; COSENTINO FILHO, 2024, p. 98) Essa perspectiva argumenta que as inovações tecnológicas tornariam o Direito do Trabalho obsoleto, dada a suposta inexistência futura de qualquer trabalho que mereça proteção legal.

Tal doutrina, permeada por um fatalismo tecnológico, serve para encobrir e tornar invisível o trabalho humano essencial que, a despeito das novas roupagens tecnológicas, mantém o sistema funcionando ininterruptamente, 24 horas por dia e 7 dias por semana, por meio de uma junção contínua entre o ser humano e a máquina (MOTA; COSENTINO FILHO, 2024, p. 98). Assim,

Como afirmam Aloisi e Stefano (2022), por detrás do “prodigioso” encobrimento da IA, há um contingente global de trabalhadores, com a invisibilidade descrevendo as diferentes fases de um lento e talvez permanente processo de transformação do trabalho, graças ao labirinto de fórmulas contratuais, concebidas em resposta à necessidade de contornar a proteção trabalhista. Nos locais de trabalho atuais, as pessoas estão trabalhando “como

uma extensão das máquinas ou por trás de ferramentas e algoritmos habilitados para IA” (Aloisi; De Stefano, 2022, p. 68). Os teóricos e sacerdotes da automação repercutem, assim, ideológica e propositadamente, a doutrina tecnológica prometeica do fim dos tempos, que inverte a relação sujeito-objeto característica das ciências jurídicas de modo geral. No Direito do Trabalho, especialmente, a tendência do “senso comum teórico dos juristas” é facilmente enclausurada por elucubrações ora fantasiosas, ora maliciosas, que ofuscam o verdadeiro objeto da ciência jurídica laboral que é a proteção do trabalho humano em face da extrema espoliação pelo sistema do capital (MOTA; COSENTINO FILHO, 2024, p. 98).

3.2 Disputas sobre a regulação social do trabalho plataformizado

A controvérsia sobre a relação entre as empresas detentoras das plataformas digitais e os prestadores de serviços associados adentrou nos debates ocorridos no Supremo Tribunal Federal, visto que, em detrimento de uma legislação específica ausente e a divergência de posicionamento nos tribunais de primeiro grau, tornou-se necessário a intervenção da instância superior. O Recurso Extraordinário de nº 1.446.336 obteve o título de *leading case* para o reconhecimento como tema de repercussão geral e, assim, enfim, ensejar uma decisão uniformizante em relação ao debate sobre a configuração de vínculo empregatício entre os profissionais que oferecem sua mão de obra e as empresas das plataformas de trabalho.

O Min. Edson Fachin aponta, em sua relatoria, que o Recurso Extraordinário foi interposto em face do acórdão da 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho que manteve a decisão prolatada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no qual reconheceu a existência de vínculo empregatício entre motorista de aplicativo com a empresa Uber, firmemente diante da observância dos artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Diante disso, compreende-se que os preceitos básicos da constituição de um vínculo, ou seja, o que define as partes de uma relação de trabalho, empregador e empregado, foram utilizados de base para a decisão que viria a ser recorrida e, posteriormente, receber alcance de Repercussão Geral. Para além disso, a 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, aquela que manteve decisão em favor da configuração de vínculo destacou que:

i) a Uber é uma empresa prestadora de transporte e, não, uma plataforma digital; ii) a Uber fixa o preço da corrida, sem nenhuma ingerência do motorista prestador; iii) a Uber realiza o cadastramento, delimitando exigências mínimas, aceitando ou rejeitando o motorista; iv) a Uber é quem fixa o percentual da empresa a ser descontado; v) o motorista não possui nenhum tipo de controle em relação ao preço das corridas; vi) a única autonomia do motorista restringe-se a definir horários e aceitar ou recusar as corridas; vii) a Uber efetua unilateralmente o desligamento do motorista, caso ele descumpra alguma norma interna; viii) o motorista não possui autonomia

para escolher clientes, mas, tão-somente, corridas; e, por fim, ix) a subordinação jurídica se caracteriza pelos meios telemáticos e informatizados de controle (parágrafo único do art. 6º da CLT), o que afastaria qualquer tese relacionada à atividade-fim ou subordinação objetiva/estrutural (BRASIL, 2024, p. 3-4)

Em argumento as decisões, a empresa Ré defende que a afirmação de ilicitude do trabalho plataformizado tem afronta direta aos princípios constitucionais como o da livre iniciativa e livre concorrência. Para além disso, também alega que sua proposta empresarial é ser um novo modelo de negócios, sendo uma “economia compartilhada”, pois dispõe uma plataforma dotada de tecnologia apenas para intermediar os serviços prestados.

A empresa ainda destaca que a decisão do TST em acolher a sentença que reconhece o vínculo empregatício visa retroceder o cenário histórico de tecnologia envolvendo os modelos de mobilidade urbana.

Outrossim, tais decisões reconhecendo a configuração de vínculo não se limita apenas a empresa Uber, mas se expande a outras empresas que detém as plataformas digitais. Outro grande exemplo é a empresa de entrega de produtos alimentícios conhecida como *Rappi*, no qual também tem diversos processos que versam sobre o pedido de reconhecimento de vínculo pelos motoristas entregadores das mercadorias.

Neste caso, a empresa de mercadoria de alimentos argumenta que a decisão que reconhece a existência do vínculo trabalhista confronta tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no qual admite-se outras formas de contratação civis, diversas das relações de emprego constatada no art. 3º da CLT. Os argumentos utilizados nas decisões em defesa ao reclamante, neste caso em concreto, foram as seguintes:

1. Haveria relação direta entre a plataforma digital, ora reclamante, e o entregador.
2. Haveria poder de comando da plataforma digital, em razão da “subordinação algorítmica”, e subordinação jurídica por meios telemáticos ou informatizados, razão pela qual esta relação seria de natureza empregatícia.
3. Considerou necessária a aplicação do princípio da proteção (art. 7º, caput, CF/88) e a concepção internacional dos valores sociais do trabalho (art. 1º, IV, Constituição Federal) ao motociclista frentista. (BRASIL, 2023, p. 02)

O discurso de defesa utilizado pela empresa segue sendo a mesma que a outra do mesmo ramo, afirma-se como uma empresa que tem o intuito de intermediar os consumidores e os prestadores de serviço através de uma plataforma tecnológica. No entanto, no caso da Medida Cautelar na Reclamação 64.018, a empresa aponta diversas divergências encontradas na decisão de reconhecimento do vínculo da empresa plataformizada e o prestador serviço, no qual afirma-se que tal entendimento vai em contrariedade com outras teses do próprio STF, em relação a

prevalência da autonomia e da livre iniciativa.

Tais teses utilizadas pelas empresas com base em decisões do Supremo tratam-se de atividades terceirizadas e no qual faz-se necessário destacar sua importância a seguir:

Direito do Trabalho. Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ação Direta de Inconstitucionalidade. Transporte rodoviário de cargas. Lei 11.442/2007, que previu a terceirização da atividade-fim. Vínculo meramente comercial. Não configuração de relação de emprego. 1. A Lei nº 11.442/2007 (i) regulamentou a contratação de transportadores autônomos de carga por proprietários de carga e por empresas transportadoras de carga; (ii) autorizou a terceirização da atividade-fim pelas empresas transportadoras; e (iii) afastou a configuração de vínculo de emprego nessa hipótese. 2. É legítima a terceirização das atividades-fim de uma empresa. Como já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, a Constituição não impõe uma única forma de estruturar a produção. Ao contrário, o princípio constitucional da livre iniciativa garante aos agentes econômicos liberdade para eleger suas estratégias empresariais dentro do marco vigente (CF/1988, art. 170). A proteção constitucional ao trabalho não impõe que toda e qualquer prestação remunerada de serviços configure relação de emprego (CF/1988, art. 7º). Precedente: ADPF 524, Rel. Min. Luís Roberto Barroso. 3. Não há inconstitucionalidade no prazo prescricional de 1 (um) ano, a contar da ciência do dano, para a propositura de ação de reparação de danos, prevista no art. 18 da Lei 11.442/2007, à luz do art. 7º, XXIX, CF, uma vez que não se trata de relação de trabalho, mas de relação comercial. 4. Procedência da ação declaratória de constitucionalidade e improcedência da ação direta de inconstitucionalidade. Tese: “1 – A Lei 11.442/2007 é constitucional, uma vez que a Constituição não veda a terceirização, de atividade-meio ou fim. 2 – O prazo prescricional estabelecido no art. 18 da Lei 11.442/2007 é válido porque não se trata de créditos resultantes de relação de trabalho, mas de relação comercial, não incidindo na hipótese o art. 7º, XXIX, CF. 3 – Uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista”.

(STF - ADC: 48 DF - DISTRITO FEDERAL 0008745-84 .2017.1.00.0000, Relator.: Min. ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 15/04/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-123 19-05-2020)

Direito do Trabalho. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Terceirização de atividade-fim e de atividade-meio. Constitucionalidade. 1. A Constituição não impõe a adoção de um modelo de produção específico, não impede o desenvolvimento de estratégias empresariais flexíveis, tampouco veda a terceirização. Todavia, a jurisprudência trabalhista sobre o tema tem sido oscilante e não estabelece critérios e condições claras e objetivas, que permitam sua adoção com segurança. O direito do trabalho e o sistema sindical precisam se adequar às transformações no mercado de trabalho e na sociedade. 2. A terceirização das atividades-meio ou das atividades-fim de uma empresa tem amparo nos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, que asseguram aos agentes econômicos a liberdade de formular estratégias negociais indutoras de maior eficiência econômica e competitividade. 3. A terceirização não enseja, por si só, precarização do trabalho, violação da dignidade do trabalhador ou desrespeito a direitos previdenciários. É o exercício abusivo da sua contratação que pode produzir tais violações. 4. Para evitar tal exercício abusivo, os princípios que amparam

a constitucionalidade da terceirização devem ser compatibilizados com as normas constitucionais de tutela do trabalhador, cabendo à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias (art. 31 da Lei 8.212/1993). 5. A responsabilização subsidiária da tomadora dos serviços pressupõe a sua participação no processo judicial, bem como a sua inclusão no título executivo judicial. 6. Mesmo com a superveniência da Lei 13.467/2017, persiste o objeto da ação, entre outras razões porque, a despeito dela, não foi revogada ou alterada a Súmula 331 do TST, que consolidava o conjunto de decisões da Justiça do Trabalho sobre a matéria, a indicar que o tema continua a demandar a manifestação do Supremo Tribunal Federal a respeito dos aspectos constitucionais da terceirização. Além disso, a aprovação da lei ocorreu após o pedido de inclusão do feito em pauta. 7. Firmo a seguinte tese: “1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993”. 8. ADPF julgada procedente para assentar a licitude da terceirização de atividade-fim ou meio. Restou explicitado pela maioria que a decisão não afeta automaticamente decisões transitadas em julgado.

(ADPF 324, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 30-08-2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-194 DIVULG 05-09-2019 PUBLIC 06-09-2019).

Assim, verifica-se que a disputa central é a configuração de vínculo empregatício entre o motorista de aplicativo e a plataforma, mas, ao explorar mais a fundo, percebe-se também que atinge o debate em relação aos princípios constitucionais mais importantes da máquina capitalista: a livre iniciativa (art.170, IV, CF/88) e os direitos sociais laborais (art. 1º, IV, e 5º, XIII, da CF/88). Por conseguinte, a empresa utiliza-se de tais fundamentos para afastar de si e trespassar sua responsabilidade de forma integral sobre o trabalhador para o próprio operário.

Em suma, as teses que reconhecem o vínculo sustentam que a plataforma digital tem atuação principal como uma empresa prestadora de transporte, havendo subordinação jurídica do trabalhador à empresa, e que esta não atua meramente como uma mediadora que detém e disponibiliza o suporte tecnológico. O Recurso Extraordinário supracitado destaca que os argumentos para a verificação de subordinação estão presentes a partir do momento que tais empresas plataformizadas são responsáveis pela fixação unilateral do preço da corrida e a estrutura de descontos, visto que o motorista não possui controle sobre o valor final, o poder de cadastramento e rejeição, e o poder de desligamento unilateral do motorista por descumprimento de normas internas.

Portanto, os elementos de subordinação se fazem presente e se manifestam por meios estabelecidos no parágrafo único do art. 6º da CLT, “os meios telemáticos e informatizados de

comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.”. Assim, transpassa a questão da subordinação clássica, a presencial, para que só assim entenda-se pela caracterização do vínculo de emprego.

Contudo, a disputa conceitual em relação a subordinação jurídica ainda se faz presente e traz a necessidade de delimitar de forma mais adequada seu conceito, demandando a desconstrução do discurso utilizado pelas empresas plataformizadas, no qual se trata da autonomia e empreendedorismo, que, na verdade, trata-se de um disfarce para a gestão do trabalho realizada pelo algoritmo.

O novo domínio realizado pelos algoritmos sobre as relações de trabalho é um dos pontos cruciais do presente debate, visto que, se trata de uma nova forma de precarização do trabalho. O fetichismo tecnológico trata-se da ideação de que as inovações geradas pelo uso da tecnologia garantem a máquina o poder de realizar tarefas e se autogerenciar, impondo poderes a tal tecnologia, mas que estas não são detentores de tal capacidade, bem como há grande manifestações sobre a crença de que tais algoritmos tem a solução para problemas sociais (MOTA; COSENTINO FILHO, 2024, p. 86), o que não encontra veracidade em tais proposições.

Por conseguinte, esse ideário tecnológico esclarecido pelo conceito de fetichismo tecnológico apenas demonstra a existência de mais um argumento para o apagamento social do trabalhador devido as forças capitalistas, sendo este considerado apenas uma mercadoria, confundindo-se o sujeito com o objeto (GRESPLAN, 2021, p. 48). O fetichismo atrelado a tecnologia e à ideologia neoliberal consegue resultar na construção de discursos de negação dos direitos sociais atribuídos aos trabalhadores, no qual foi historicamente construído através de muita luta e atuação sindicalista e grevista brasileira.

Compreende-se, portanto, que, os algoritmos não sendo seres autogerenciados, eles são, assim, apenas o meio pelo qual as ordens ou regulamentos são realizados. Conforme Rodrigo de Lacerda Carelli, Murilo Carvalho Sampaio Oliveira e Sayonara Grillo (2021), os comandos são passados para os trabalhadores não pela máquina, mas por quem está por trás dela, os empregadores, os proprietários do capital detentores das empresas plataformizadas que exploram as atividades de transporte, entrega de mercadoria e produtos alimentícios e diversos outros. Portanto,

[...] não havendo, assim, que se cogitar em subordinação de pessoa viva, o trabalhador de carne e osso, à coisa morta, que é o algoritmo, uma vez que a subordinação no sistema capitalista é e sempre foi do trabalhador, detentor apenas da sua força de trabalho, aos proprietários dos meios de produção,

verdadeiros subordinantes das relações de trabalho/emprego atuais. (MOTA; COSENTINO FILHO, 2024, p. 94)

Assim, a subordinação não está voltada do trabalhador para a máquina, mas sim caracteriza a velha subordinação do trabalhador ao capital. Porém, o que se defende não é a exclusão total da tecnologia, mas sim o esclarecimento sobre seu uso como disfarce para a manutenção das engrenagens capitalistas de exploração ao trabalhador. Conforme afirmado pelos juristas Fydel Marcus Rolim Mota e Carlo Benito Cosentino Filho (2024, p. 99), “trata-se de falar ou defender que a subordinação existe e pode ocorrer com a ajuda, por intermédio ou através de algoritmos.”.

O impacto da tecnologia modificou o mundo laborativo não apenas na forma da construção da relação entre empregado e empregador, mas até mesmo adentrou no espaço físico. Antes da era digital, a relação trabalhista se restringia apenas ao espaço físico das empresas, mas que na contemporaneidade já não existe mais, ou pelo menos, agora, não se restringe a isto, tendo como novo espaço o meio virtual. Assim, surgem-se novas modalidades de trabalho focadas especificamente nesse meio (COSENTINO FILHO, 2017, p. 298). Para além disso, o jurista Carlo Benito Cosentino Filho vai além quando afirma que “o poder diretivo do empregador se acentua com o desenvolvimento tecnológico e não o contrário.”. Outrossim,

Em resumo, na era informacional que, aparentemente, gera mais liberdade, se identifica ainda mais o poder de comando e o aumento da subordinação. Verifica-se, por outro lado, o surgimento de inúmeras e até então desconhecidas enfermidades profissionais – em que se pontifica a lesão por esforço repetitivo – além de formas variadas de danos e assédios morais, conforme adiante se verá (COSENTINO FILHO, 2017, p. 299-300).

Diante disso, é possível compreender que a nova era da tecnologia não garante a famosa ideia de autonomia propagada pelas empresas defensoras dessa forma de trabalho, muito menos torna o trabalhador livre. A principal alteração na seara trabalhista foi a forma de controle exercida sobre o proletariado, a grande transformação dessa era tecnológica foi a inovação da forma de exploração do ser humano. Portanto, o debate não deve esclarecer apenas a existência da subordinação, mas deve permear em como tal subordinação se configura na era digital.

Ao decorrer dos anos, mas, principalmente, a partir de 1990, surgem novas configurações na seara trabalhista. Nesse sentido, conforme ressalta o jurista João Victor Marques da Silva (2023, p. 94-95), tal período em que se expandiu o neoliberalismo, a eclosão de novas formas de trabalho, o crescimento de irregularidade e através da precarização do trabalho, foi possível verificar-se a necessidade de uma nova roupagem da regulação social do trabalho no Brasil e, portanto, manifestou-se as Reformas trabalhistas dos anos de 1990 a 2010.

No entanto, as reformas trabalhistas não emergiram amplamente em favor do empregado, mas “como horizonte fortalecer a regulação privada do trabalho, ampliando o espaço para o empregador determinar as condições de uso e remuneração do trabalho ou incentivar uma concorrência entre os ocupantes do mercado de trabalho. (KREIN, 2007, p. 63). Este entendimento, como bem traduziu o pensamento de José Kreinm, João Victor Marques da Silva (2023, p. 96) afirma que “privilegiou-se a negociação, preferencialmente de modo descentralizado, para suplantar a legislação social, ajustando as regras e normas da relação de emprego à realidade de cada empresa e às condições de concorrência no mercado” e, portanto, esquecendo-se da parte vulnerável dessa relação, o trabalhador. Outrossim,

No tocante às formas de contratação, a ideologia neoliberal intenciona flexibilizar as modalidades contratuais de compra e venda da força de trabalho, reduzindo os custos da sua contratação e ampliando o leque de possibilidades de manuseio de modalidades de trabalho no seu processo produtivo, distanciando-se do modelo padrão celetista (contrato de emprego formalizado de duração indeterminada) (SILVA, 2023, p. 97).

Nessa esteira, o discurso neoliberal no campo do Direito do Trabalho distorce as garantias e proteções inerentes ao vínculo formal, como direitos e benefícios sociais, rotulando-as negativamente como meros “custos” ou “encargos”. Essa estratégia serve a um duplo propósito: supervalorizar o ônus burocrático do contrato de trabalho para as empresas e, simultaneamente, justificar a necessidade inadiável de reformas legislativas para desregulamentar o trabalho, sob a alegação de que isso é crucial para manter a competitividade das corporações no cenário econômico mundial (SILVA, 2023, p. 97).

O cenário judicial, como já supracitado, encontra-se divergente quando se trata dos assuntos da nova era digital e as relações de trabalho. As decisões de primeira instância que não são favoráveis aos reclamantes, os trabalhadores e prestadores de serviço a empresa plataformizadas, são em grande volume. Assim, também se visualiza nos precedentes do STF como, por exemplo, o que se encontra na ADPF 324/DF, teses para fundamentar os argumentos das reclamadas, as empresas.

Sendo assim, tem-se instabilidade do chamado princípio do não retrocesso social, este que tem sua existência necessária para que os direitos sociais conquistados através de muita luta não sofram impactos e sejam invisibilizados ou excluídos. Contudo, sua preservação não está sendo garantida e isso pode ser verificado pelo que se deu na Reforma Trabalhista oriunda da Lei Ordinária nº 13.467/2017, bem como outra Lei Ordinária de nº 13.429/2017 que versa sobre o trabalho temporário e terceirizado. (COUTINHO, 2017, p.18).

O princípio do não retrocesso social deve ser assegurado pelo poder judiciário,

principalmente, quando se trata de processos tramitados na esfera das decisões do STF. Contudo, tal princípio não está sendo garantido na prática jurídica brasileira. Posto isto,

A partir de 2014 os julgados do Supremo Tribunal Federal passam a ditar uma racionalidade jurídica econômica efficientista, se afastando da racionalidade jurídica de estrita legalidade. Provocam, desta forma, uma retração na perspectiva de proteção e defesa de direitos fundamentais sociais, nos quais se incluem os tutelares dos trabalhadores. É chegada na Corte Constitucional a era da flexibilidade, da gestão por metas. Tanto aspectos oriundos do mercado, pela via da crise econômica, a ser enfrentada pela lógica dos custos e maximização dos resultados pela ótica da eficiência, quanto a presença do Estado interventor nas relações jurídicas, inclusive a atuação “incômoda” da Justiça do Trabalho são pautas consideradas relevantes em recentes julgados. Até mesmo o Ministro Marco Aurélio, egresso do Ministério Público do Trabalho, posicionou-se favoravelmente a algumas das pautas desintegradoras da tutela de direitos sociais, tendo inclusive ressaltado que “o Brasil não pode ficar na contramão desse mundo globalizado” (COUTINHO, 2017, p. 35).

Portanto, torna-se perceptível que o judiciário, não de agora, mas de anos atrás já se encontrava mais preocupado com a economia e as empresas exploradoras de mão de obra do que de fato com o trabalhador e os direitos sociais conquistados por estes e que estão ratificados na Norma Maior. Outrossim, através do resultado do Tema 1.291 (Reconhecimento de vínculo empregatício entre motorista de aplicativo de prestação de serviços de transporte e a empresa administradora de plataforma digital) será possível verificar se a decisão se transformará em mais um exemplo do não cumprimento do princípio do não retrocesso social.

3.3 O cenário real da plataformização do trabalho: analisando dados estatísticos

O debate doutrinário e jurisprudencial acerca da plataformização do trabalho ganha uma dimensão irrefutável ao ser confrontado com a realidade empírica. Portanto, faz-se necessário detalhar o que se ocorre na prática através de dados disponibilizados por fontes oficiais, assim, com isso, tem-se o fito de transcender a disputa teórica sobre o vínculo empregatício, observando as consequências socioeconômicas cometido pela nova era da tecnologia.

O trabalho autônomo teve sua expansão antes mesmo do surgimento da plataformização do trabalho. A existência do microempreendedor individual, conhecido também como MEI, passou a ter força na regularização dos trabalhadores que já estavam na informalidade, garantindo a estes o mínimo de acesso a algumas garantias, inclusive a previdenciária. Desde então, criou-se uma cultura, em certo nível ilusória, de que a ausência de vínculo regularizado é uma liberdade ao trabalhador brasileiro, bem como um reforço da ideia de autonomia.

O trabalho plataformizado entra nessa nova modalidade de trabalho, mas que, “na prática, como afirmam Nogueira e Carvalho (2021), os fatores se associam ao fenômeno da

chamada *gig economy*, em um processo de crescente precarização das relações de trabalho, conformando parte significativa da categoria de trabalho precarizado.” (CARVALHO, NOGUEIRA, 2024, p. 173). Portanto, é fácil compreender que o discurso envolto a precarização do trabalho é o mesmo, repetindo-se, mas o que se moderniza são as formas de trabalho precarizado, renovando-se.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2024, identificou que “a quantidade de trabalhadores classificados como entregadores mais que triplicou entre 2002 e 2015 – período que antecede o *boom* do trabalho plataformizado, saltando de 200 mil para 643 mil”.

De mesmo modo, segundo informações do Relatório de Política Monetária realizado pelo Banco Central (2025), o número de trabalhadores que se utilizam das plataformas digitais seguem em grande crescimento. A afirmação é confirmada pelos dados trazidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua: o número de trabalhadores de plataforma digital, entre 2015 e o segundo trimestre de 2025, tanto de transporte de passageiros quando a de entrega, teve um aumento de 770 mil para 2,1 milhões de pessoas. As informações disponibilizadas pela PNAD Contínua também conseguiu distinguir o tipo de ocupação dos motoristas e, assim, aumentou a facilidade de indentificar os entregadores e motoristas de aplicativos.

Em meados de 2002, conforme dados do PNAD contínua, os motociclistas autônomos estavam em pequena porcentagem, por outro lado, os formalizados, conhecidos como motoboy/office boy, estavam em crescimento. Contudo, com a chegada das empresas plataformizadas, o IPEA (2024) confirma que “enquanto que em 2012 40% eram formalizados, em 2022 esse valor cai para 6,3%; os autônomos, por sua vez, passaram de 43,4% do total de motociclistas nessa atividade para 82,6%”. No mesmo período, entre 2012 a 2022, houve um grande aumento dos ocupados como entregadores e condutores de bicicleta e os que trabalhavam dessa forma sem nenhum tipo de formalidade, ou seja, eram autônomos (CARVALHO; NOGUEIRA, 2024, p. 18).

Diante disso, é possível perceber que com o estabelecimento e expansão das empresas de aplicativo, detentoras da plataforma de serviço, o trabalho formal dos motoristas passou a entrar em declínio e, assim, o aumento do trabalho autônomo teve sua expansão, abrindo espaço para irregularidades e precarização do trabalho. Conforme Carvalho e Nogueira (2024, p. 21), “o advento das plataformas evidenciou uma perda de ocupações com direitos trabalhistas, em que estabelecimentos substituíram seus entregadores por trabalhadores “autônomos” associados aos aplicativos de entrega”.

Outrossim, cabe destacar que em relação aos motoristas de aplicativo e os motoristas de táxi há uma diferença importante: “apesar de autônoma, a ocupação de taxista é regulamentada pelo poder público, de forma que a ampliação de ocupados nessa atividade depende da permissão pública para novas “autonomias”, o que implica o custo nada trivial.” (CARVALHO; NOGUEIRA, 2024, p. 22). Já em relação aos motoristas de aplicativo, considerado trabalho informal ao contrário dos taxistas, não há custo para exercer tal atividade e independe do automóvel utilizado.

As horas trabalhadas também são elevadas, comparados ao trabalhador formal, o prestador de serviço por aplicativo precisa trabalhar mais de 49 a 60 horas por semana, ou até mesmo mais que esse número, quando o trabalhador formal tem jornada de 40 e 44 horas semanais (CARVALHO; NOGUEIRA, 2024, p. 24). Outro fator importante, e que demonstra a extensão da precarização no campo laboral, é o fator previdenciário, instituição necessária para resguardar o cidadão brasileiro, mas que não alcança a todos. Há uma clara diminuição das contribuições pelos motoristas de transporte de passageiro, conforme há um aumento da atividade das empresas plataformizadas (CARVALHO; NOGUEIRA, 2024, p. 25).

Outrossim, do trabalho precarizado também se destaca aqueles que exercem atividade informalmente, sem carteira assinada ou por conta própria. Este caminho acaba sendo imposto a aqueles que diante do desemprego precisam retornar ao mercado de trabalho de alguma forma, mas não conseguem entrar ou retornar ao mundo laboral formal. Dessa forma,

Essa característica se amplia em períodos de baixa atividade econômica, e os dados da PNAD Contínua mostram que a plataformização do trabalho potencializa esse aspecto no caso dos trabalhadores autônomos. Pode-se observar que, entre 2012 e 2015, a proporção de trabalhadores que estavam desempregados no trimestre anterior sempre foi menor entre os motoristas de passageiros do que entre os trabalhadores autônomos. Após 2016, a situação se inverteu, e a proporção de motoristas que estavam desempregados no trimestre anterior passou a ser superior em comparação com a dos trabalhadores autônomos. Em outras palavras, a busca pela ocupação como motorista autônomo como alternativa ao desemprego ganha fôra a partir da plataformização da atividade. (CARVALHO; NOGUEIRA, 2024, p. 26)

Ao aprofundar a análise de dados disponíveis, tornou-se necessário detalhar o trabalho dos entregadores por aplicativo, também denominados como entregadores plataformizáveis, sendo estes definidos como aqueles que exercem atividade diretamente por intermédio de plataformas (CARVALHO; NOGUEIRA, 2024, p. 28). O grau de ensino dos plataformizáveis são diferentes entre si, aqueles que são entregadores, em sua maioria, tem baixo grau de escolaridade comparado aos que utilizam os aplicativos em posse de carro (CARVALHO; NOGUEIRA, 2024, p. 31).

Outros dados importantes foram considerados na PNAD contínua de 2022, verificando que 81,3% dos trabalhadores plataformizados são homens, enquanto as mulheres ocupam 18,7% desse modelo de trabalho. Ainda em relação a escolaridade, a pesquisa informa que 61,3% desses trabalhadores tem apenas o ensino médio completo ou superior incompleto. Desses dados também verificou-se que 77,1% estão nessa atividade por conta própria, sem vínculo formalizado ou associado. As plataformas de entrega de comida e produtos em conjunto com aplicativos de transporte particular de passageiros, sem inclusão dos aplicativos próprio de táxi, formam uma porcentagem majoritária do tipo de plataforma digital mais utilizada.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reafirma que o tipo de trabalho plataformizado contribuí para a precarização do trabalho, afastando os direitos trabalhistas e a seguridade social, bem como não garante renda suficiente e auxilia no aumento de jornada desproporcional (PNADC, 2022). Ainda conforme a pesquisa, a OIT também explicita que, apesar das empresas reforçarem que são plataformas intermediárias, as mesmas “com frequência detêm um importante controle sobre a organização e a alocação do trabalho e sobre a remuneração dos trabalhadores.”.

Em relação a faixa etária desses trabalhadores, o grupo de 25 a 39 anos de idade formam 48,4%, conforme pesquisa supracitada. Além disso, urge destacar o recorte de raça, através de pesquisa realizada por Santos e Careli (2022) no Rio de Janeiro, apenas nessa localidade, 69% das pessoas que trabalham subordinados as plataformas de transporte de pessoas e coisas se autodeclararam negros (incluindo pardos). Em mesmo entendimento, “para o mesmo serviço, comparativamente aos brancos, negros recebem menor remuneração, inexistindo benefícios no uso da tecnologia para o combate de iniquidades no mercado de trabalho” (SANTOS; CARELLI, 2022, p. 33).

Portanto, diante da análise dos dados estatísticos apresentados, percebe-se uma clara definição do corpo explorado por essas novas formas de trabalho, sendo os jovens, negros, periféricos que, por muitas vezes, passam horas além do esperado nas ruas utilizando bicicletas para realizar o trabalho mal remunerado disfarçado de ato de servidão imposto pelo capital. De mesmo modo, os professores Mozart Linhares da Silva e Willian Fernandes Araújo (2020, p. 1), reforçam que o algoritmo se manifesta de forma racista, seus dados foram criados na reprodução de ideias que impulsionam o racismo estrutural. Outrossim,

Na prática, opera-se uma conjunção das lógicas da divisão social do trabalho e da divisão racial do trabalho, ou, ainda, da divisão da sociedade de classes e da divisão racial como resultantes de um processo histórico. Trata-se de um racismo estrutural secularmente mantido que preserva a exclusão da população negra dos postos de trabalho formais, empurrando essa população

para o desemprego, para a informalidade, para trabalhos de subsistência, precarizados, subalternizados, com baixa ou nenhuma remuneração; este é o solo fértil que a plataformização do trabalho encontra no Brasil para sua instalação e consequente expansão. (CARVALHO, MELO, 2025, p. 24).

A análise supracitada de dados referentes a plataformização revela também que a ausência de proteção social é um fator que incide de forma desigual, aprofundando as históricas disparidades do mercado de trabalho brasileiro. Conforme sinaliza Valdemiro Xavier dos Santos Junior (2022, p. 36), “o mundo do trabalho representa uma arena historicamente desigual, multifacetada, com heranças do passado colonial e novas formas de subalternidades oriundas da atualidade do capital; gerando formas de precarização de qualidades diferenciadas.”.

A população negra, que enfrenta maiores obstáculos para inserção no emprego formal e sofre com taxas de desemprego mais elevadas, é obrigado a buscar na intermediação das plataformas uma fonte de renda imediata, sendo forçados a aceitar as condições de trabalho precárias e a ausência de direitos. Assim, a precarização do trabalho plataformizado atua como mais um fator que impulsiona as engrenagens da desigualdade racial e social, onde a flexibilidade e a falta de garantias não são apenas características do negócio, mas sim fatores estruturais, que se apoiam na exclusão de determinados grupos sociais ao acesso pleno aos direitos trabalhistas e à seguridade social.

4. PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO, EXPLORAÇÃO CAPITALISTA E PROTEÇÃO SOCIAL: OS (DES)CAMINHOS DA REGULAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL

Ainda faz-se necessário debruçar sobre os princípios e direitos garantidos no diploma constitucional brasileiro e o cenário atual em que se encontram, bem como afirmar a importância de um debate contínuo sobre as relações de trabalho e, principalmente, a precarização destas. Ademais, torna-se imprescindível explorar, a seguir, o fetichismo tecnológico abraçado pelo sistema judiciário brasileiro.

4.1 Exploração da força de trabalho pelo capital sem proteção social?

A tutela jurídica apenas tem plena eficácia quando respeitado os princípios estabelecidos pelas normas da Constituição Federal, a Norma Maior do aparelho estatal. O diploma constitucional é de importância indiscutível, mas que passou por diversas transformações para chegar ao resultado que temos atualmente. Ao decorrer das revoluções internas e externas, o trabalhador passou a receber amparo constitucional, bem como as relações advindas do labor. Desse modo,

A história do constitucionalismo ocidental apresenta três marcos paradigmáticos em seu desenvolvimento: o Estado Liberal Primitivo (ou Estado Liberal de Direito), a partir da segunda metade do século XVIII; o Estado Social de Direito, estabelecido a partir de Constituições que promoveram a transição para a Democracia no início do século XX; e o Estado Democrático de Direito, marco contemporâneo do constitucionalismo, edificado após a segunda guerra mundial. (LEMOS, 2020, p.27)

Os modelos, assim como os diplomas constitucionais também se alteraram com o passar do tempo, devidos transformações no âmbito interno e externo de cada país. Os direitos fundamentais humanos, direitos históricos advindos de lutas e conquistada pelo povo, são direitos que nascem do próprio homem, direitos inerentes a estes. Pois, sem tais prerrogativas, não se existe uma relação normalizada, mas um mundo de mais exploração.

Segundo Delgado e Delgado (2017, p. 22), existem três aspectos que formam a Constituição Federal do Brasil de 1988, dos quais são: a incorporação do Estado Democrático de Direito em seu diploma, a construção principiológica humanística e social e, em terceiro lugar, a CF/88 se completa com através da incorporação dos conceitos de direitos fundamentais da pessoa humana.

A compreensão do Estado Democrático de Direito foi desenvolvido a partir do constitucionalismo europeu no pós Segunda Guerra Mundial e, também, advindo do conceito de Estado Social (DELGADO, DELGADO, p. 23). O constitucionalismo desenvolvido pelo

Estado Liberal garantiu alguns avanços intuitivos e jurídicos, em caso de comparação com o período do absolutismo monárquico e a ausência de liberdades civis e políticas vividas à época (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 23). Portanto, com os avanços protagonizados pelo constitucionalismo tem-se uma nova abordagem em relação às liberdades individuais e os direitos básicos. Assim,

Nesse quadro, são características distintivas dessa primeira fase do constitucionalismo: institucionalização de ideias direcionadas às liberdades individuais básicas (usualmente englobadas como liberdades civis), como, ilustrativamente, de locomoção, de expressão, de reunião, de contratação, de trabalho ("liberdade de trabalhar"); institucionalização de ideias direcionadas às liberdades públicas, como de reunião e associação, bem como de imprensa (liberdades de caráter civil mas também de natureza política); institucionalização da ideia de submissão, ao império da lei, do poder político, das instituições públicas e privadas, bem como dos indivíduos; institucionalização de ideias e fórmulas de controle do poder político e de representação política da sociedade civil no plano da sociedade política (neste plano, ainda que restrito, de representação política emergem também os direitos e liberdades denominados políticos) (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 23-24).

Por outro lado, como bem destaca os juristas em comentário, esse desenvolvimento do constitucionalismo e os direitos atrelados não foram tão abrangentes aos cidadãos, visto que apenas priorizava uma pequena parcela da população, a elite. Assim, então, mais uma vez, os grupos compostos pelas mulheres, escravizados, pobres, marginalizados e que não sabiam ler ou escrever não se encontravam protegidos por essa nova era constitucionalizada. Por conseguinte, “Em conformidade com esse primeiro paradigma do constitucionalismo, a sociedade política (o Estado e suas instituições) e a sociedade civil eram, no máximo, liberais; entretanto, de forma alguma, se tratava de Estado e sociedade democráticos.” (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 24).

O surgimento do Estado Social, considerado o segundo paradigma do constitucionalismo, consolidou-se historicamente com as Constituições do México (1917) e de Weimar (1919), somadas à criação da Organização Internacional do Trabalho (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 25). Esse movimento representou a superação jurídica do modelo liberal anterior, elevando os direitos trabalhistas e previdenciários ao patamar constitucional.

Diferentemente do paradigma anterior, desenvolvido e permeado apenas pelo liberalismo, essa nova ordem caracterizou-se pelo intervencionismo estatal na economia visando limitar o poder privado, pela substituição da igualdade meramente formal pela igualdade material e pela expansão da cidadania. Houve, assim, uma ruptura com as barreiras que excluía mulheres e trabalhadores, promovendo uma democracia mais participativa e

inclusiva.

Entretanto, apesar dos inegáveis avanços institucionais e socioeconômicos em comparação ao liberalismo clássico, esse paradigma inicial do Estado Social apresentava limitações estruturais significativas. A incorporação dos direitos sociais muitas vezes ocorria de forma lateral, sem permear o núcleo dogmático da Constituição, assemelhando-se a normas meramente formais.

Além disso, o modelo ainda carecia de uma fundamentação principiológica robusta e de uma concepção jurídica que colocasse a dignidade da pessoa humana como eixo central do ordenamento. Consequentemente, a democracia daquele período, embora ampliada, ainda convivia com mecanismos restritivos e não alcançava a complexidade e a sofisticação necessárias para garantir a plena efetividade dos direitos humanos e sociais. Nessa esteira,

Em síntese, conforme explicitado por Mauricio Godinho DELGADO, essa segunda fase do constitucionalismo traduz "nítido fenômeno de transição, no sentido de que já aponta para um processo de democratização da sociedade política e da sociedade civil - à diferença do marco constitucional primitivo, mas ainda não consegue desvelar fórmula plena e consistente do novo paradigma em construção". Na linha do que expõe Paulo BONAVIDES, a transitoriedade era marca característica desse período, sendo a Constituição de Weimar "fruto dessa agonia: o Estado Liberal estava morto, mas o Estado social ainda não havia nascido" (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 26).

A partir da superação da Segunda Guerra Mundial, nos anos de 1940, que surge o contemporâneo paradigma do constitucionalismo, no qual demonstra-se como constitucionalismo humanista e social (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 26).

O paradigma do constitucionalismo humanista, juridicamente traduzido como Estado Democrático de Direito, representa uma evolução substancial e um aprimoramento das conquistas estabelecidas na fase anterior do constitucionalismo social. Esse novo modelo não se limitou a promover uma expansão quantitativa do catálogo de direitos fundamentais, abrangendo de forma mais ampla as esferas trabalhista, econômica e cultural, mas introduziu transformações qualitativas determinantes na ordem jurídica.

Entre as inovações mais significativas desse paradigma, destaca-se a atribuição de força normativa aos princípios jurídicos, estabelecendo uma matriz que coloca a dignidade da pessoa humana no centro de todo o sistema social e econômico. Além disso, houve uma redefinição e um aprofundamento do conceito de democracia, que deixou de se restringir às estruturas estatais para permear também as relações privadas e a sociedade civil. Essa nova dogmática, que conjuga a proteção principiológica da pessoa com a democratização das esferas sociais, constitui o eixo fundamental sobre o qual foi edificada a Constituição da República Federativa

do Brasil de 1988 (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 27). Nesse sentido,

O conceito de Estado Democrático de Direito funda-se em um inovador tripé conceitual: pessoa humana, com sua dignidade; sociedade política, concebida como democrática e inclusiva; sociedade civil, também concebida como democrática e inclusiva. (...) O paradigma novo fez-se presente na estrutura de princípios, institutos e regras da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, constituindo o luminar para a compreensão do espírito e da lógica da ordem constitucional do País. (DELGADO; BORGES, 2015, p. 40-42).

O autor supracitado (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 28) sustenta que o Estado Democrático de Direito se estrutura fundamentalmente em torno da pessoa humana, elegendo a dignidade como o princípio reitor de todo o ordenamento jurídico. Para que essa diretriz constitucional não se torne um enunciado que cause danos, a sua eficácia depende imperativamente da extensão dos valores democráticos e inclusivos para além da esfera política, alcançando a totalidade do sistema socioeconômico e as instituições da sociedade civil.

Nesse contexto, o projeto constitucional impõe que a democracia não se restrinja ao aparelho estatal, mas que permeie a economia e o mercado, exigindo a democratização dessas esferas e não a submissão do Estado a elas. Trata-se, portanto, de consolidar uma lógica de participação e inclusão universal que rompa com as dinâmicas de segregação características do liberalismo clássico dos séculos passados, garantindo que todos os segmentos populacionais integrem efetivamente a vida social e econômica.

A Constituição da República de 1988 estrutura-se sobre uma gama de princípios de caráter humanístico e social, tornando-se central no ordenamento jurídico vigente, garantindo sustentação ao Estado Democrático de Direito e aos direitos fundamentais. Superando concepções anteriores, a doutrina jurídica contemporânea reconhece que os princípios não são meras orientações abstratas, mas efetivas normas jurídicas dotadas de força cogente, operando lado a lado com as regras (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 29).

Os princípios mais gerais constantes no diploma constitucional protegem o trabalhador, mas, a Constituição também especifica princípios que detêm mais influência no campo laboral. Essa normatividade, consolidada no Brasil após a promulgação da Norma Maior de 1988, impõe que os princípios exerçam eficácia direta sobre todo o sistema jurídico, influenciando a interpretação e a aplicação do Direito. Contudo, cabe destacar os princípios voltados no campo trabalhista:

Na seara de influência do Direito do Trabalho, portanto, há que se destacar, como princípios humanísticos e sociais da Constituição da República, os seguintes princípios constitucionais do trabalho: 1) princípio da dignidade da pessoa humana; 2) princípio da centralidade da pessoa humana na vida

socioeconômica e na ordem jurídica; 3) princípio da valorização do trabalho e do emprego; 4) princípio da inviolabilidade do direito à vida; 5) princípio do bem-estar individual e social; 6) princípio da justiça social; 7) princípio da submissão da propriedade à sua função socioambiental; 8) princípio da não discriminação; 9) princípio da igualdade em sentido material; 10) princípio da segurança; 11) princípio da proporcionalidade e razoabilidade; 12) princípio da vedação do retrocesso social. (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 31).

Outrossim, os autores Delgado e Delgado (2017, p. 31) afirmam que a CF/88 constitucionalizou princípios derivados do Direito Individual e Coletivo do Trabalho e que, portanto, são “princípios especiais de campos jurídicos específicos que foram constitucionalizados e, dessa maneira, passam também a ostentar manifestas energia, eficácia e efetividade normativas, atuando, inequivocamente, sobre a ordem jurídica infraconstitucional.”.

A CF/88, por meio de sua arquitetura normativa, revela uma concepção de Direito que ultrapassa a mera função de coerção ou regulação de condutas, assumindo um caráter eminentemente civilizatório. Historicamente, o fenômeno jurídico desempenhou o papel de estruturar a convivência social e pacificar conflitos, mas, nas sociedades pré-democráticas, atuou predominantemente como um mecanismo de legitimação e reprodução das desigualdades de poder existentes, validando a exclusão e a segregação social, econômica e política (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 35-36).

Essa dinâmica de dominação começa a ser revertida com o advento da democracia contemporânea e do constitucionalismo social, inaugurado no final do século XIX e consolidado após a Segunda Guerra Mundial. A partir desse momento, o Direito passa a incorporar as perspectivas e interesses dos grupos historicamente marginalizados, promovendo a inclusão social. Nesse sentido, surgem ramos jurídicos inovadores, como o Direito do Trabalho e o Direito da Seguridade Social, seguidos posteriormente pelo Direito do Consumidor e Ambiental, que invertem a lógica tradicional ao proteger a parte mais vulnerável da relação jurídica (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 38).

Assim, a Constituição de 1988 consagra o Direito como um instrumento de civilização e justiça social, afastando-se definitivamente da antiga concepção que o reduzia a uma ferramenta de manutenção de privilégios e desigualdades.

De mesmo modo, o Direito do Trabalho não pode ser compreendido apenas como um regulador técnico de contratos, mas deve exercer sua função histórica de instrumento civilizatório, superando a antiga lógica em que o direito servia apenas para confirmar e sedimentar desigualdades fáticas de poder. Diante do advento dos novos avanços tecnológicos e novas formas de trabalho, tal diretriz constitucional impõe que a modernização não pode significar um retrocesso aos direitos e princípios estabelecidos, devendo, ao contrário, assegurar

a inclusão social e a proteção daquele que vende sua força de trabalho.

Portanto, a relação estabelecida entre o trabalhador e a plataforma digital, caracterizada pela venda da força de trabalho em uma estrutura de subordinação, mesmo que algorítmica, não deve-se permitir afastar os princípios constitucionais do trabalho, como a dignidade da pessoa humana, a valorização do trabalho e a vedação do retrocesso social. Admitir que a inovação tecnológica dispense a proteção juslaboral seria esvaziar a eficácia desses princípios e permitir que o mercado opere à margem do projeto constitucional de justiça social e bem-estar, transformando o trabalhador novamente em mero objeto de exploração desprotegida.

4.2 Plataformização do trabalho e relação de emprego: fim do debate?

O debate entorno da natureza jurídica da relação entre trabalhadores e as empresa plataformizadas estava caótico e com níveis extremos de incertezas, caracterizado por uma profunda dissonância entre as decisões da Justiça do Trabalho e os posicionamentos emanados da Corte Constitucional. Portanto, tornou-se necessário a pacificação da jurisprudência através de intervenção uniformizadora realizada pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim, esse cenário culminou no reconhecimento da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 1.446.336 (Tema 1.291), no qual o Ministro Relator Edson Fachin admitiu que a disparidade de entendimentos judiciais gera insegurança jurídica e demanda uma solução definitiva sobre a compatibilidade entre os novos modelos de gestão digital e os direitos sociais previstos na CF/88.

Ao elevar a questão ao patamar de Repercussão Geral, o STF sinaliza que a definição sobre o vínculo de emprego ultrapassa a análise fática caso a caso, ocorrência em primeiro grau de jurisdição, e se converte em uma disputa de ordem constitucional entre os princípios da livre iniciativa e da valorização do trabalho humano. Portanto, o debate jurisprudencial pode chegar ao seu fim como uma imposição de tese jurídica vinculante que definirá se a proteção juslaboral da CLT é aplicável ou se o ordenamento jurídico brasileiro validará uma nova forma de contratação desvinculada da proteção celetista.

Conforme acentua a jurista Jéssy Borges Ferracioli (2024, p. 67), “o julgamento desse recurso poderá estabelecer um precedente vinculante sobre a matéria, harmonizando as decisões judiciais e proporcionando segurança jurídica”. Contudo, o próprio STF tem outros precedentes em relação ao debate que não se mostra, favoráveis ao trabalhador. Nesse sentido,

O entendimento que o Supremo Tribunal Federal vem adotando contraria tratados internacionais, como as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Brasil é signatário das convenções da OIT e se

comprometeu a promover e garantir o trabalho decente. O conceito de trabalho decente, promovido pela Organização Internacional do Trabalho, abrange oportunidades para um trabalho produtivo que ofereça uma remuneração justa, segurança no local de trabalho e proteção social, além de melhores perspectivas para o desenvolvimento pessoal e a integração social. Desse modo, ao classificar os motoristas de plataformas digitais como autônomos, sem reconhecer o vínculo empregatício, o STF desconsidera essas diretrizes internacionais, comprometendo a segurança e a justiça no ambiente de trabalho. Além disso, os princípios estabelecidos tanto pela Consolidação das Leis do Trabalho quanto pela Constituição Federal do Brasil são igualmente desrespeitados. Pois, quando o vínculo empregatício não é reconhecido, os direitos protetivos são negados, colocando os trabalhadores em uma posição de fragilidade econômica e social, prejudicando a justiça e a dignidade nas relações de trabalho.

(...)

Sem uma intervenção judicial que reconheça e proteja os direitos desses trabalhadores, outras empresas de plataforma podem seguir o exemplo, explorando a classificação de autônomos para evitar responsabilidades trabalhistas. Isso enfraquece a rede de proteção social e desrespeita os princípios de dignidade e justiça no trabalho, fundamentais para uma sociedade equitativa e inclusiva. (FERRACIOLI, 2024, p. 70-71).

Diante disso, como supracitado, o julgamento do tema 1.291 pode trazer o “fim do debate” processual, mas não conseguirá colocar fim ao debate social e doutrinário sobre a relação jurídica e a precarização do trabalho. Se o STF decidir pela não configuração de vínculo entre os prestadores de serviço e as empresas plataformizadas, o debate sobre a exploração capitalista e a proteção social permanecerá como uma constante.

A controvérsia sobre o vínculo empregatício nas plataformas digitais desafia a tradicional dicotomia entre trabalho autônomo e subordinado, situando-se em um cenário de insegurança jurídica que a doutrina classifica como disruptivo.

Conforme observa Fausto Siqueira Gaia (2020, p. 153), a dificuldade em enquadrar essas novas relações decorre da fluidez e da intermitência da atividade, o que torna a subordinação clássica, autada na vigilância física e na hierarquia rígida, um critério insuficiente para captar a realidade laboral contemporânea. Desse modo, a narrativa de autonomia, muitas vezes sustentada pela liberdade de conexão do trabalhador, é confrontada pela dependência econômica e pela alienação dos frutos do trabalho, elementos que, segundo Murilo Carvalho Sampaio Oliveira (2019, p. 76) revelam a persistência da coação à venda da força de trabalho sob novas roupagens contratuais.

A evolução tecnológica permitiu a transmutação do poder diretivo do empregador, que deixou de ser exercido pela figura pessoal do chefe para ser operado por sistemas automatizados, configurando a chamada subordinação algorítmica (CUNHA, 2022, p. 58). Esse fenômeno encontra amparo interpretativo no artigo 6º, parágrafo único, da CLT, que equipara

os meios telemáticos de comando aos meios pessoais de supervisão.

Para além do controle direto, a configuração do vínculo se reforça pelas dimensões objetiva e estrutural da subordinação, conceitos fundamentais trabalhados por Maurício Godinho Delgado (2017, p. 23). Na dimensão estrutural, o vínculo se estabelece pela inserção do trabalhador na dinâmica operativa e na cultura da empresa, independentemente do recebimento de ordens cotidianas sobre o modo de fazer o serviço (DELGADO; DELGADO, 2017, p. 23).

O motorista ou entregador não é um elemento externo ou acessório, ele integra o núcleo do empreendimento, sendo essencial para a realização do objeto social da plataforma. Dessa forma, a suposta autonomia é desmentida pela realidade de que o trabalhador não detém o controle sobre o preço, a clientela ou as regras do negócio, restando-lhe apenas a adesão a uma estrutura produtiva alheia (CUNHA, 2022, p. 51).

Assim, diante desse arcabouço teórico que evidencia a presença de subordinação sob novas formas, a questão, longe de estar pacificada, culminou na intervenção do STF através do Recurso Extraordinário nº 1.446.336 (Tema 1.291).

Outrossim, a insegurança jurídica debatida anteriormente é agravada pela postura recente da Corte Constitucional que, ao julgar temas correlatos, tem consolidado um arcabouço jurisprudencial favorável à flexibilização das normas trabalhistas. Precedentes como a ADPF 324, que validou a terceirização irrestrita, e a ADC 48, que declarou constitucional a Lei do Transportador Autônomo de Cargas, indicam uma tendência do STF em privilegiar a natureza civil dos contratos e a livre iniciativa em detrimento da proteção social.

Essa jurisprudência, ao desconstituir o vínculo entre o tomador real do serviço e o trabalhador, pavimenta o caminho para a validação de formas de trabalho desprotegidas, sob a justificativa econômica de modernização das relações laborais (SOUZA, 2024, p. 110). Nessa esteira,

A pressão exercida pela competitividade global e as demandas econômicas têm levado a uma flexibilização das leis trabalhistas em muitos países. Isso tem resultado em decisões judiciais que propiciam a terceirização e enfraquecem a proteção dos trabalhadores temporários, em favor da maximização dos lucros corporativos. Apesar de justificadas sob a alegação de necessidade econômica, tais medidas frequentemente conduzem à precarização do trabalho e à diminuição dos direitos laborais. Além disso, por trás dessas decisões, estão as desigualdades estruturais e o poder corporativo concentrado, que moldam o cenário jurídico/judicial em favor do capital em detrimento dos direitos dos trabalhadores. (SOUZA, 2024, p. 111).

Essa inclinação interpretativa projeta-se diretamente sobre o Recurso Extraordinário 1.446.336 (Tema 1.291), no qual se discute a plataformização do trabalho. Enquanto a Justiça

do Trabalho, analisando a realidade fática, tem identificado os elementos do emprego, argumentando que as plataformas vendem transporte e não apenas tecnologia (SOUZA, 2024, p. 108), o STF tem atuado em sentido contrário, cassando tais decisões via reclamações constitucionais, como ocorrido no caso da plataforma Cabify (SOUZA, 2024, p. 109).

A expectativa é que a decisão final em repercussão geral encerre a possibilidade de reconhecimento do vínculo pela via judicial, consolidando o entendimento de que essas relações são de natureza autônoma (SOUZA, 2024, p. 110), o que deixaria uma vasta classe de trabalhadores à margem da proteção social, sem nenhum tipo de amparo, reforçando as violências já sofridas por essa parte da população marginalizada.

Por fim, sob uma perspectiva crítica fundamentada na teoria marxista, a provável decisão do STF não representa apenas uma interpretação técnica, mas a materialização da função do Direito como instrumento de manutenção das estruturas de capital (SOUZA, 2024, p. 109). Conforme as análises de Pachukanis e Engels aplicadas ao caso, o sistema jurídico tende a moldar-se para garantir a acumulação e a propriedade privada, validando a exploração da força de trabalho sob o manto da legalidade (SOUZA, 2024, p. 110).

Assim, o “fim do debate” judicial poderá significar a institucionalização da precarização, onde o equilíbrio entre capital e trabalho é rompido em favor dos interesses corporativos, restando à classe trabalhadora a necessidade de reorganização para a defesa de seus direitos fundamentais.

4.3 Tecnologia e exploração capitalista: o fetichismo jurídico do Supremo Tribunal Federal

Os ataques aos direitos dos trabalhadores e, assim, consequentemente, violência direta ao operário, não se limita as empresas, mas tem-se validações diretas através de decisões da maior instituição de proteção de direitos e preceitos constitucionais do país: o Supremo Tribunal Federal. Por isso, cabe destacar a permanecência da luta em favor do princípio do não retrocesso social. Portanto, há uma batalha constante para não se permitir o esvaziamento dos princípios defendidos pelo diploma constitucional, no qual originou-se através de diversas lutas fomentadas pelos próprios trabalhadores. Desse modo,

A constatação da presença dos direitos sociais fundamentais previstos para os trabalhadores na Lei Fundamental – máxime nos arts. 6º e 7º da Constituição da República de 1988 – foi o testemunho da opção por uma sociedade salarial que vive sob o manto de um Estado Democrático de Direito, revelado como Estado de Bem-Estar Social. Afinal, a representação na democracia não é um mandato aberto aos legisladores, pelo que o reconhecimento de direitos se

estabelece como dimensão de garantia. Porém, a vedação de retrocesso não se restringe ao campo exclusivo das regras jurídicas positivadas. Deve ter aplicação em uma abordagem ampliada, mais consentânea com o pressuposto de um desenvolvimento econômico e social, para incorporar princípios, políticas e decisões judiciais. Trata-se da ideia de progresso como uma constante e inexorável trajetória no projeto de civilização. (COUTINHO, 2017, p. 20).

Aldacy Rachid Coutinho (2017, p. 21) defende que há uma ideia de progressismo por trás do princípio do não retrocesso social, visto que “pressupõe sempre “evolução” na ordem da melhoria jurídica, econômica e social”. No entanto, ao analisar decisões do STF em relação a seara trabalhista, torna-se possível averiguar que tal princípio não está sendo seguido e, de mesmo modo, percebe-se que outros preceitos legais dispostos na CF/88 encontram-se ignorados.

Outrossim, a atual formação do Direito do Trabalho encontra-se negligenciado, não há ampliações de direitos, muito menos respeito ao que já foi construído até aqui. Ao contrário, encontra-se um cenário marcado pela resistência em frente aos descuidos jurisprudenciais. A eficácia do não retrocesso social deve salvaguardar todas as áreas do direito, mas, a eficácia dessa proteção depende crucialmente da postura do Poder Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal, cuja atuação recente tem demonstrado uma preocupante inclinação à racionalidade econômica em detrimento da racionalidade jurídica da legalidade.

Sob a justificativa de modernização e enfrentamento de crises econômicas, a Corte passou a validar medidas flexibilizadoras, como a terceirização irrestrita e a prevalência do negociado sobre o legislado, mesmo quando isso implica redução de direitos (COUTINHO, 2017, p. 39). Essa nova orientação jurisprudencial, que privilegia a autonomia da vontade e a autocomposição de conflitos, muitas vezes ignora a assimetria de poder inerente às relações de trabalho, enfraquecendo o caráter tutelar do Direito do Trabalho.

A validação de planos de demissão voluntária com quitação plena, a supressão de horas *in itinere* via negociação coletiva e a declaração de inconstitucionalidade da ultratividade das normas coletivas são exemplos claros desse movimento de desconstrução (COUTINHO, 2017, p. 38). Ao adotar tais posicionamentos, o STF não apenas legitima o retrocesso social, mas também fragiliza as instituições de defesa dos trabalhadores, como os sindicatos, ao retirar-lhes fontes de custeio (COUTINHO, 2017, p. 53). A racionalidade econômica, travestida de necessidade de ajuste fiscal e competitividade, passa a ditar o conteúdo das decisões judiciais, transformando direitos fundamentais em variáveis de custo.

A naturalização da crise verificada na fragilidade dos direitos trabalhistas e a aceitação

da lógica de mercado no âmbito judicial representam uma ameaça à democracia, a proteção social e a sociedade permeada por igualdades. A esperança para o Direito do Trabalho reside, portanto, na capacidade de resistência e na reafirmação do caráter civilizatório dos direitos sociais, exigindo que o Judiciário retome seu papel de garantidor das promessas constitucionais e permaneça sendo mais uma engrenagem para o capitalismo expandir a precarização do trabalho.

A análise da jurisprudência da Corte Constitucional brasileira sobre a plataformização revela a adesão a um verdadeiro “fetichismo tecnológico”, conceito que explica a cegueira jurídica diante das novas formas de controle do capital.

O ideário da tecnologia como um grande fator de ajuda e melhorias na sociedade tem um certo tom de exagero quando colocado em certos contextos. No passado, as invenções humanas causavam grande espanto e admiração, como bem elucida Fydel Marcus Rolim Mota (2025, p. 127), mas que, com o avançar do tempo, tal encantamento precisa ser compreendido de forma histórica e social. Nesse sentido,

O que agora suscita admiração é a criação de novos processos de domínio da natureza. Socialmente, esse maravilhamento sofre uma inversão brutal: enquanto milhões no Brasil e no mundo vivem sem acesso à água ou à eletricidade, os ricos desfrutam das “maravilhas das invenções humanas modernas”, tornando-se porta-vozes da “ideologização do presente”. Aos pobres, resta apenas “aspirar à posse desses objetos já vulgarizados”. As grandes invenções, portanto, limitam-se aos grupos sociais dominantes” (MOTA, 2025, p. 128-129)

Assim, tem-se o conceito de “era tecnológica”, no qual entende-se como apenas um forma de propaganda para validar o poder de certos países e grupos sociais com maior poder aquisitivo, na tentativa de ludibriar a consciência dos cidadãos (MOTA, 2025, p. 129). Portanto, essa nova era trata-se de uma concepção ideológica e não é visto de forma positiva a quem tenta questionar essa ideologia tecnológica. Nessa esteira,

Essa ideologização é agressiva: quem ousa questionar as maravilhas do progresso é rechaçado, pois a menção às “divisões internas da sociedade, em virtude das quais as bençãos da era tecnológica não parecem chover equitativamente sobre todos os homens, é recebida como uma intromissão de mau gosto”. A “era tecnológica” torna-se, assim, uma “arma importantíssima” para revestir o sistema de valor ético e, ao mesmo tempo, silenciar a consciência política das massas, convertendo qualquer anseio por autonomia “um gesto estúpido”. Aqui se encontra o primeiro fetiche praticado pelos ideólogos da dominação: atribuir aos progressos contemporâneos da ciência e da técnica uma qualificação inédita. (...) Vieira Pinto nomeia essa miopia histórica como o “equivoco do hemerocentrismo”: o erro de julgar o dia de hoje como excepcional e, a partir daí, fundar toda a compreensão do mundo (MOTA, 2025, p. 130).

Ainda, importa destacar que a tecnologia não tem consciência própria, mas é desenvolvida com base nos ideais de quem a cria. Por conseguinte, “a máquina não é uma simples ferramenta para dominar a natureza, mas um instrumento que perpetua um mundo que os donos dos meios de produção exploram os deserdados” (MOTA, 2025, p. 145). Além disso, também compreende Fydel Mota (2025, p. 147) que “o fetiche não reside nas mudanças tecnológicas em si, que são reais, mas na crença de que as tecnologias – “simples coisas” – possuem poderes que não tem, como a capacidade de resolver problemas sociais ou proporcionar uma vida superior”.

Portanto, os responsáveis por salvaguardar os princípios constitucionais em instância elevada (STF), iludidos na consciência de uma nova era advinda de tecnologias capazes e autosuficientes estão, de forma direta, validando a precarização do trabalho e cooperando de forma ativa com as formas de violência protagonizadas pelo sistema capitalista.

O entendimento das empresas como a Uber, Ifood e Rappi serem apenas empresas que garantem apenas a tecnologia já foi contrariada em outros países, não reconhecendo tal afirmação realizada pelas empresas (MOTA, 2025, 191). De mesmo modo,

(...) em audiência pública no Supremo Tribunal Federal, quando afirmo que os clientes não buscam tecnologia, mas sim a prestação de serviços de transporte, que é a atividade-fim da empresa. De fato, uma consulta à base de dados do INPI revela que a marca “Uber” possui registros sob a Classe 39, que abrange especificamente serviços de “Transporte; [...] Organização de viagens”. Esse conjunto de atos demonstra, segundo a tese de Khalil, que a própria empresa, para fins de proteção industrial, se reconhece como uma fornecedora de transportes, minando a sua principal defesa no âmbito trabalhista. Em suma, o que se pode ver é que uma das mais eficazes manifestações do fetichismo tecnológico contemporâneo se dá no campo jurídico através da insistente autodefinição das empresas de plataforma como meras “empresas de tecnologia”. Essa narrativa, repetida à exaustão em tribunais ao redor do mundo, é uma clara inversão marxiana: o meio (a tecnologia, o aplicativo) é apresentado como o fim, com o objetivo de ofuscar a atividade econômica real (transporte, entrega de comida) que é a verdadeira fonte de seu lucro (MOTA, 2025, p. 193).

Dessa forma, ao compreender tais ideais, torna-se possível verificar que o discurso de nova era tecnológica nada se trata de uma ideia positiva das evoluções tecnológicas, mas apenas uma forma antiga de relação social de subordinação do trabalho ao capital, mas, com a incidência de um ponto diferente: a “interface digital” (MOTA, 2025, p. 193). Diante disso, tem-se a proliferação da fetichização e que, ainda conforme Fydel Mota (2025, p. 213), “trata-se de um fetiche que desvia o foco da substância (a exploração) para a forma (o meio tecnológico ou organizacional), em uma eterna tentativa de “reinventar a roda” para apenas reafirmar a existência da subordinação do trabalhador ao capitalista”.

Ademais, como citado anteriormente, o STF tem uma gama de jurisprudências que se baseiam em premissas equivocadas ao validar formas de trabalho distintas da relação de emprego, sob o argumento da liberdade contratual e da modernização econômica. Ao negar o vínculo empregatício em casos de “pejotização” e de trabalho em plataformas digitais, o STF desconsidera a evolução dos mecanismos de controle, ignorando que a flexibilidade de horários não elimina a subordinação jurídica, que agora se manifesta de forma algorítmica e telemática (FERRACIOLI, 2024, p. 72).

Contudo, a autonomia e flexibilidade apresentada é muitas vezes ilusória. Embora os trabalhadores pareçam ter liberdade para escolher seus horários e aceitar as tarefas que desejam, na prática, eles estão sujeitos a uma subordinação algorítmica. As plataformas digitais utilizam algoritmos para controlar diversos aspectos do trabalho, como a distribuição de tarefas, a avaliação de desempenho e a fixação da remuneração, limitando a verdadeira autonomia dos trabalhadores. Desse modo, é fundamental que o entendimento jurisprudencial do STF seja revisado para reconhecer que a flexibilidade na jornada de trabalho não implica, necessariamente, ausência de subordinação hierárquica. Isso significa que mesmo quando os trabalhadores têm a liberdade de escolher seus horários ou a maneira como realizam suas tarefas, eles ainda podem estar subordinados aos empregadores. A subordinação hierárquica pode manifestar-se de outras formas, como por meio de controle e supervisão indiretos, metas estabelecidas pela empresa, ou diretrizes específicas que os trabalhadores devem seguir. Reconhecer essa realidade é essencial para garantir que os trabalhadores de plataformas digitais, que muitas vezes têm seus horários e métodos de trabalho controlados de forma indireta pelos algoritmos das plataformas digitais, tenham seus direitos trabalhistas devidamente assegurados (FERRACIOLI, 2024, p. 72-73).

Essa postura interpretativa, ao priorizar a autonomia formal em detrimento da primazia da realidade, contribui decisivamente para a precarização das relações laborais e para a formação de um proletariado desprovido de proteção social, transferindo integralmente os riscos da atividade econômica para o trabalhador hipossuficiente.

Portanto, o cenário desenhado pelas decisões do Supremo não apenas afeta o presente, mas projeta um cenário trágico para o futuro do trabalho humano. A recusa em aplicar os dispositivos já existentes na CLT, que são plenamente capazes de abarcar o comando telemático, abre um precedente perigoso que pode se estender para outras categorias profissionais, ameaçadas pela inteligência artificial (FERRACIOLI, 2024, p. 99).

Conclui-se, assim, que a crise de proteção não decorre de uma lacuna legislativa, mas sim da forma que esta sendo aplicado as normas tutelares vigentes ou, para ser mais claro, a ausência da sua aplicação, assim, exigindo uma revisão urgente do entendimento jurisprudencial para evitar a consolidação de um futuro marcado pela desvalorização do trabalho humano e pela desigualdade estrutural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate não se tornaria completo sem a revisão histórica, analisando também as engrenagens políticas do qual resultou o Direito do Trabalho no Brasil, bem como o desenvolvimento das relações de trabalho e a formação de uma proteção social abrangente.

Diante disso, verifica-se que a história do proletariado brasileiro não foi fácil desde o início, sempre marginalizados e desvalorizados, conquistando direitos apenas através de muitas lutas e movimentações recíprocas entre os próprios. Por conseguinte, o sindicato teve seu papel importante para construção de uma consciência proletária.

Para mais, entende-se que, a partir da existência de uma proteção social, não se pode negar a presença do Estado como coordenador estrutural capaz de modular as demandas e necessidades básicas dos cidadãos e transforma-las em direito, sanando a problemática de forma efetiva. Sendo assim, uma forma de legitimação da democracia e da estabilidade social.

A Constituição Federal de 1988 teve um grande protagonismo na ampliação dos direitos e na tentativa de diminuir uma desigualdade aparente. Contudo, ainda não foi suficiente. Os proletários ainda conviviam (e convivem) com a precarização do trabalho, mas o Estado não conseguiu sanar tal problemática, mas sim apenas acentuar.

Nesse sentido, o atual cenário dos direitos e princípios tanto gerais como específicos do Direito do Trabalho se encontra extremamente fragilizado. Dessa maneira, ao trabalhador apenas se garante desproteção social, mesmo em contrato formalizados, cenário ainda pior para aqueles que sobrevivem na informalidade.

Há uma grande falácia quando afirma-se que surgiram novas formas de trabalho com a ajuda das evoluções tecnológicas e que há apenas lados positivos na máquina considerada autosuficiente, mas, como verificado durante o corpo deste trabalho, o que se inovou foram as formas de exploração do proletariado. Assim, a análise empreendida ao longo deste trabalho permitiu constatar que a plataformização do trabalho no Brasil não representa uma mera inovação tecnológica neutra, mas sim uma sofisticada estratégia de reconfiguração da exploração capitalista.

Por conseguinte, apesar da exploração ser de toda massa trabalhadora, têm-se de forma clara qual corpo sofre mais violências diante dessa nova realidade. Ou, melhor afirmado, que permanece a sofrer. A população negra, bem como as mulheres e trabalhadores rurais e pessoas sem formação acadêmica completa são, mais uma vez, o alvo da máquina de moer do capitalismo dependente. Através do dados, constatou-se que essa forma de trabalho plataformizado se apropria preferencialmente da força de trabalho de grupos historicamente vulnerabilizados, como a população jovem e negra, aprofundando as desigualdades sociais e

raciais preexistentes no mercado de trabalho brasileiro.

Outrossim, a investigação realizada também demonstrou, através de dados empíricos e análise doutrinária, que a figura do trabalhador autônomo é um mito que encobre uma subordinação algorítmica rígida e uma transferência integral dos riscos do negócio para a parte hipossuficiente. A promessa de flexibilidade, liberdade e autonomia, trazidos pelas empresas detentoras das plataformas, esconde, na verdade, uma precarização estrutural.

Ao longo do trabalho foi possível verificar que a ausência de limites de jornada e a transferência integral dos riscos e custos da atividade para o indivíduo resultam em uma rotina exaustiva, necessária apenas para garantir a subsistência mínima, sem nenhum tipo de proteção.

O atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal, ao validar formas de contratação desprotegidas sob o argumento da livre iniciativa e da modernização, incorre em um fetichismo jurídico que ignora a realidade fática da gestão por algoritmos. Essa postura jurisprudencial contribui decisivamente para a precarização estrutural e para o aprofundamento das desigualdades sociais e raciais, deixando uma vasta parcela da classe trabalhadora à margem da proteção social.

De mesmo modo, compreende-se que a ideia de modernização e avanços tecnológicos não podem ser utilizados como justificativa para o descumprimento do princípio do não retrocesso social. O Supremo Tribunal Federal, ao se render ao fetichismo tecnológico e ignorar a subordinação algorítmica como nova modalidade de comando, permite que a lógica neoliberal se sobreponha à justiça social. Desse modo, a negativa de reconhecimento do vínculo, sob o manto da inovação, representa a revogação de conquistas históricas, excluindo a proteção juslaboral e o acesso à Seguridade Social, o que fragiliza o núcleo essencial do Estado Democrático de Direito.

Conclui-se, portanto, que a resposta jurídica ao fenômeno não deve ser a desregulamentação ou a criação de categorias intermediárias com direitos rebaixados. A efetividade do Estado Democrático de Direito impõe que a tecnologia sirva ao bem-estar social e não apenas à acumulação de capital. Portanto, a garantia de proteção social e o reconhecimento dos direitos trabalhistas para os motoristas e entregadores não são um entrave ao desenvolvimento, mas uma condição indispensável para a preservação da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho nessa era composta por diversas tecnologias.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização: a era do trabalhador just-in-time?** Estudos Avançados, 34 (98), 2020, p. 111-126.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. **Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas.** Sociologias (UFRGS), v. 23, p. 26-56, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxwB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Desenhando a nova Morfologia do Trabalho no Brasil.** Estudos Avançados, n.28, 2014, p. 39-53.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** [2 ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. São Paulo: Boitempo, 2009.

BITTER, Alex. **Amazon's Just Walk Out technology relies on hundreds of workers in India watching you shop.** Business Insider, 2024. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/amazons-just-walk-out-actually-1-000-people-in-india-2024-4>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Relatório de Política Monetária.** Vol. 1, nº 3, setembro 2025, p. 47-53 (Efeitos do trabalho por aplicativos no mercado de trabalho). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202509/rpm202509p.pdf>. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 1446336 (Tema de Repercussão Geral 1291).** Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15368304193&ext=.pdf>. Acesso em: 06 out. 2025.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 324/DF.** 2014. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4620584>. Acesso em: 06 out. 2025.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Reclamação Constitucional nº 64.** Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15363230223&ext=.pdf>. Acesso em: 06 out. 2025.

CARVALHO, Mônica Gurjão; MELO, Renan. **Plataformização do trabalho e racismo algorítmico: o capitalismo racial na era do trabalho por plataformas digitais.** Tematicas, Campinas, SP, v. 33, n. 65, p. 17–50, 2025. DOI: [10.20396/tematicas.v33i65.19934](https://doi.org/10.20396/tematicas.v33i65.19934). Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/19934>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CARVALHO, Sandro Sacchet; NOGUEIRA, Mauro Oddo. **Plataformização e precarização do trabalho de motoristas e entregadores no Brasil.** Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/c6d152dd-4e7b-4e3f-9f1a->

[ac5a94bbc7f5/content](#). Acesso em: 06 out. 2025.

_____. **Você deve lutar pela xepa da feira e dizer que está recompensado: evidências da plataformização e a precarização do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/706bd065-99c9-4a82-9054-0510f0dda58a/content>. Acesso em: 06 out. 2025.

CHESNAIS, François (org.). **A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

COSENTINO FILHO, Carlo Benito. **O Direito do Trabalho na revolução informacional e nas teorias dos movimentos sociais: impactos no postulado autonomia, nas relações individuais e coletivas de trabalho**. 2017. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Capítulo 8. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/26806/1/TESE%20Carlo%20Benito%20Cosenentino%20Filho.pdf>. Acesso em: 06 out. 2025.

COUTINHO, Aldacy Rachid. **Retrocesso social em tempos de crise ou haverá esperança para o direito do trabalho? Uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 83, p. 17-58, 2017.

CUNHA, Regiane Pereira Silva da. **Plataformização do trabalho: condição social e jurídica dos(as) motoristas de transporte particular por plataformas digitais no Brasil**. 2022. 104 f.. Dissertação (Mestrado em Direito Privado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

DRUCK, Graça. **Estado, Classes e Neoliberalismo: a necessidade de construir uma outra forma de trabalho e de vida**. Prefácio. In: MELLO, Lawrence Estivalet de; MARCHANT, Karla Varas; GEDIEL, José Antônio Peres; VEIGA, Alexandra Maciel.. (Org.). **Constitucionalismo Intermitente e Lutas Sociais no Brasil e no Chile**. 1ed. Marília - São Paulo: Lutas Anticapital, 2023, v. 1.

DRUCK, Graça. **Precarização Social do Trabalho**. In: IVO, Anete *et.al* (org.). **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**. São Paulo: Editora Annablume, 2013, p. 373-381.

_____. **Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, Salvador, n. 24, n. spe 01, p. 35-55, 2011.

FADUL, Isabela. **Flexibilização da Legislação Trabalhista**. In: IVO, Anete *et.al* (org.). **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**. São Paulo: Editora Annablume, 2013, p. 311-318.

FERRACIOLI, Jéssy Borges. **A plataformização e precarização do trabalho na estrutura ocupacional do capitalismo da era digital: o impacto da decisão do STF no caso da Uber no (RE) 1446336**. 2024. 112 f.. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito, Sociedade e Tecnologias) – Escola de Direito das Faculdades Londrina, Londrina, 2024.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Investigações Experimentais). **Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102035_informativo.pdf. Acesso em: 06 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Investigações Experimentais). **Trabalho por meio de plataformas digitais 2024**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102217>. Acesso em: 23 nov. 2025

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil: debates e desafios**. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/Unesco, 2009. p. 57-86.

_____. **Decomposição da proteção laboral e marcador racial**. Laborare. Ano V, Número 8, Jan-Jun/2022, pp. 219-239. ISSN 2595-847X. <https://revistalaborare.org> /DOI: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2022-122>.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOTA, Fydel Marcus Rolim. **Fetichismo Tecnológico no Capitalismo de Plataforma: rediscutindo a subordinação jurídica (algorítmica) no Direito do Trabalho**. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2025.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; CARELLI, Rodrigo de Lacerda; GRILLO, Sayonara. **Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho**. Revista Direito e Práxis, v. 11, p. 2609-2634, 2020.

SANTOS JUNIOR, Valdemiro Xavier dos. **Filiação Previdenciária e Clivagem Racial**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal da Bahia. Bahia.

SILVA, João Victor Marques da Silva. **Negociação Coletiva, Contrarreforma Trabalhista e Forma Jurídica: crítica materialista à liberdade sindical**. Belo Horizonte: RTM, 2023.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **(Des)estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília. Distrito Federal.

SILVA, Mozart Linhares da; ARAUJO, Willian Fernandes. **Biopolítica, racismo estrutural-algorítmico e subjetividade**. v. 24. São Leopoldo: Revista Unisinos, 2020.

SOUZA, Maurício Soldati de. **Relações de trabalho decorrentes da indústria 4.0 no Brasil: a categoria dos motoristas vinculados a aplicativos de transporte: uma análise sob o prisma da justiça social**. 2024. 133 f.. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça Social) –

Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2024.

SPOSATI, Aldaíza. **Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 55, a. 18, p. 9-38, nov. 1997.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil.** 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.